



RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

2º TRIMESTRE DE 2017





Av. Pedro Freitas, 2100 - Centro Administrativo
Teresina-PI - CEP: 64018-900
Tel.: (86) 3215-3800
Email: tce@tce.pi.gov.br

PRESIDENTE

Olavo Rebelo de Carvalho Filho

VICE-PRESIDENTE

Abelardo Pio Vilanova e Silva

CONSELHEIROS

Luciano Nunes Santos

Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Kléber Dantas Eulálio

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

**PROCURADORES DE CONTAS JUNTO AO
TCE/PI**

PROCURADOR GERAL

Plínio Valente Ramos Neto

PROCURADORES

José Araújo Pinheiro Júnior

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Leandro Maciel do Nascimento

Márcio André Madeira de Vasconcelos

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Paulo Henrique Couto Machado

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Anna Augusta de Carvalho Gonçalves Nunes Reis

ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL

DIRETORIA PROCESSUAL

Ítalo de Brito Rocha

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Marta Fernandes de Oliveira Coelho

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Antônio Ricardo Leão de Almeida

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADM. MUNICIPAL

Vilmar Barros Miranda

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADM. ESTADUAL

Maria Valéria Santos Leal

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E

SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Bruno Camargo de Holanda Cavalcanti

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE

PESSOAL, APOSENTADORIAS E PENSÕES

Alex Sandro Lial Sertão

SECRETARIA DAS SESSÕES

Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao segundo trimestre do ano de 2017, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico institucional 2016-2019, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro - ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheiro OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

SUMÁRIO

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.....	06
1.1. Competência e Jurisdição.....	06
1.2. Identidade Organizacional	07
2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO	08
3. ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	19
4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.....	22
5. PRESIDÊNCIA.....	24
5.1. Planejamento Estratégico	24
5.2. Informações Estratégicas	25
5.3. Comunicação Institucional.....	27
6. CORREGEDORIA.....	28
7. CONTROLE INTERNO.....	29
8. OUVIDORIA	30
9. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	32
9.1. Controle no âmbito Estadual	32
9.2. Controle no âmbito Municipal	35
9.3. Fiscalização em Obras Públicas	37
9.4. Atos de Pessoal para fins de registro.....	42
10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	43
11. CONTROLE PROCESSUAL	44
12. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.....	45
12.1. Resultado Orçamentário e Financeiro	45
12.2. Gestão de Pessoas	47
12.3. Gestão Patrimonial e de Serviços.....	50
12.4. Gestão de Licitações	53
12.5. Gestão de Contratos	60
13. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	65



1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ



1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gereencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere



ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores.

- **MISSÃO:**

Exercer o controle externo, mediante orientação, fiscalização e avaliação da gestão dos recursos públicos, visando a sua efetiva aplicação em prol da sociedade.

- **VISÃO:**

Ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

- **VALORES:**

Compromisso: estar comprometido com a identidade organizacional (negócio, missão, visão e valores);

Ética: agir de acordo com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Celeridade: atuar com agilidade na execução dos atos de controle externo;

Transparência: agir com clareza e dar publicidade aos atos de controle externo;

Qualidade: garantir a eficiência e a eficácia do controle externo;

Modernidade: adotar métodos, técnicas e tecnologias modernos;

Efetividade: Atingir os resultados propostos e solucionar os problemas existentes, com eficácia e eficiência, mediante ações, projetos e planos desenvolvidos para essa finalidade.



2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

Além do realizado nos diversos setores, alocado em campos específicos deste relatório, destacam-se, a seguir, outras ações desta Corte de Contas no trimestre em questão:

Mais de 1.500 pessoas participaram do IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) em Picos, de 30 de março a 1º de abril, por meio da Escola de Gestão e Controle. Foi o segundo evento do TCE/PI este ano destinado aos novos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e outros gestores que tomaram posse em 1º de janeiro – o primeiro foi em Parnaíba, em fevereiro.

O seminário, que reuniu gestores e representantes de entidades comunitárias de Picos e mais 23 municípios da região, constou de palestras e minicursos sobre licitações, prestação de contas, realização de contratos, controle interno e outros temas relacionados à administração pública, objetivando qualificar os participantes sobre normas e obrigações da gestão pública e orientar representantes de entidades sobre formas de contribuir com a fiscalização dos atos da administração das cidades.

No início do mês, em 03 de abril, o Conselheiro Olavo Rebelo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI), participou da inauguração das novas instalações do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), vinculado ao Ministério Público do Estado do Piauí, solenidade que contou com a presença da vice-governadora Margarete Coelho e de autoridades do Poder Judiciário e Ministério Público Federal, além de vários auditores de controle externo do TCE/PI.

Ainda na mesma data, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) e a Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE) assinaram um Termo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do aplicativo “Gestão Transparente”. Desenvolvido pela CGE em parceria com a Universidade Estadual do Piauí (Uespi), o aplicativo recebe informações, denúncias, críticas e sugestões da população sobre os serviços prestados pelos órgãos da administração pública do estado e dos municípios, a partir dos quais esta Corte adotará as medidas necessárias, permitindo ainda que as denúncias e outras demandas referentes aos municípios também sejam atendidas e apuradas, já que a jurisdição da CGE inclui apenas os órgãos estaduais, reforçando esse canal de interação entre a sociedade e o TCE/PI.

Neste período, o TCE/PI emitiu alerta aos prefeitos dos 224 municípios do Piauí para que respondam e encaminhem ao TCE/PI, até o dia 30 de abril, os questionários do IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal) referentes ao exercício de 2016 e que já estavam disponíveis no site do TCE/PI (www.tce.pi.gov.br) desde o início de março. Alertou, ainda,



que as prefeituras que não enviarem as informações no prazo estabelecido podem ter as contas bloqueadas, dentre outras penalidades. O IEGM foi instituído com a finalidade de modernizar a gestão das cidades e tornar mais eficientes e efetivos os serviços oferecidos pelos municípios. Começou a ser aplicado no Piauí em 2016, em fase experimental. A partir deste ano, o envio do questionário passa a ser obrigatório, conforme a Resolução TCE/PI nº 27/2016, que dispõe sobre o prazo e a forma de envio da prestação de contas da administração pública.

O IEGM é composto pela combinação dos dados governamentais, da prestação de contas e informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas prefeituras municipais. Esses dados permitirão avaliar a qualidade de gastos e a efetividade das políticas públicas e atividades municipais na educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação.

Os objetivos do índice são compor a consolidação do IEGM Brasil relativo ao exercício de 2016, permitir aos gestores a correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do seu planejamento, contribuir para a transparência e aprimoramento da gestão pública, melhorar a sistemática de acompanhamento e avaliação das políticas públicas, alcançar eficácia e efetividade nas ações de controle externo e fortalecer o controle social.

Buscando aperfeiçoar o seu papel como referência no que diz respeito à fiscalização e ao zelo no cumprimento de leis, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI), por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC-PI), promoveu nos dias 6 e 7 de abril o curso “Termo de Referência”. Ministrado pela professora Tatiana Camarão, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), autora do livro “Termo de Referência”, o curso se propôs a qualificar os participantes para a elaboração e a produção do termo de referência, documento necessário à fase preparatória da licitação, que, se bem produzido, evita maiores problemas nas fases posteriores do processo, proporcionando compras e contratações satisfatórias e com resultados positivos para o Estado.

O vice-presidente e corregedor-geral do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro José Múcio Monteiro, aproveitando sua vinda à Teresina para realização de correição na Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI), realizou, no dia 07 de abril, visita de cortesia ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI), acompanhado do secretário de Controle Externo no Piauí, Luís Emílio Xavier, e do chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do TCU, Ricardo Becker, reafirmando a necessidade de que os Tribunais de Contas do país precisem se integrar e dialogar na busca de ideias para fortalecer o trabalho dos órgãos de controle externo da gestão pública, aprimorando a sua atuação.



Seis auditores de controle externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) participaram da Operação Escamoteamento, deflagrada no dia 07 de abril, em cumprimento a mandados de prisão, de busca e apreensão na Prefeitura de Cocal. A operação objetivou desbaratar uma quadrilha especializada em desvios de recursos públicos por meio de fraudes em licitações e outros procedimentos criminosos em prefeituras do Piauí. Ao todo, foram executados 96 mandados judiciais no Piauí e Ceará, entre mandados de prisão preventiva, de busca e apreensão e de condução coercitiva. Coordenada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), a ação envolveu diversos órgãos que compõem a Rede de Controle da Gestão Pública no Piauí, como o TCE/PI, Ministério Público Estadual, Controladoria-Geral da União, Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Também no período, a Comissão de Fiscalização e Controle de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) propôs o parcelamento de dívidas de contribuições previdenciárias dos municípios e a assinatura de um Termo de Ajuste de Gestão (TAG) para regularizar os recolhimentos das contribuições, em reunião realizada no dia 07, para posterior apreciação pelo Pleno do TCE/PI.

A reunião tratou ainda dos débitos previdenciários dos municípios que elegeram novos prefeitos no ano passado, analisando os casos dos municípios de Floriano, José de Freitas e de Lagoa Alegre, cujos prefeitos impetraram ação com pedido de cautelar junto ao TCE/PI para que não ocorresse o bloqueio automático das contas devido aos débitos previdenciários, considerando que tais dívidas foram deixadas pelos prefeitos anteriores.

Em reunião realizada também no dia 07 de abril, no Tribunal de Contas do Estado do Piauí, as ouvidorias dos órgãos de controle do Estado e de entidades da sociedade civil decidiram integrar suas atividades e se organizar em rede para ampliar a atuação e melhorar a eficiência e os resultados das ações que desenvolvem em benefício da sociedade. Também foram avaliadas as atividades desenvolvidas no dia 16 de março, na praça Rio Branco, para marcar a passagem do Dia do Ouvidor, e definida a elaboração do Estatuto da Rede de Ouvidorias do Estado como primeira providência para encaminhar a criação da rede, a ser apresentado e aprovado em nova reunião realizada no dia 12 de maio. O encontro contou com a presença da conselheira Waltânia Alvarenga, de representantes das ouvidorias do Ministério Público Estadual, do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT-PI), do Tribunal Regional Eleitoral, da Defensoria Pública do Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí (OAB-PI) e da Associação Piauiense de Municípios (APPM).



Como consequência, a ouvidora do TCE/PI, conselheira Waltânia Alvarenga, reuniu-se com diretores e servidores dos diversos setores do Tribunal de Contas, com o objetivo de discutir a integração do trabalho da Ouvidoria com as diretorias e outros setores do TCE/PI, a fim de melhorar a recepção e o encaminhamento das informações, denúncias e sugestões da população.

No período de 17 a 19 de abril, a Escola de Gestão e Controle (EGC) do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) sediou o curso de Licitações e Contratos promovido pela Associação Piauiense de Municípios (APPM), através da Escola dos Municípios do Piauí. Mais de 70 técnicos de municípios piauienses das áreas de administração, planejamento, finanças, controladores e comissões de licitações participaram do evento, cujo conteúdo abrangeu a legislação aplicável à matéria, assim como exemplos de práticas que devem ser adotadas ou evitadas, de forma a garantir um resultado qualitativo satisfatório.

Em 1º de abril, novas regras para fiscalização dos concursos públicos, processos seletivos simplificados e atos de admissão de pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí entraram em vigor, conforme a Resolução TCE/PI nº 23/2016. Em 18 do mesmo mês, na Escola de Gestão e Controle, foi realizado treinamento para apresentar a nova plataforma do Sistema RH Web e expor as novas regras para gestores e responsáveis por atos de pessoal nos municípios e entidades estaduais jurisdicionadas.

No dia 20 do mês em questão, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) decidiu entrar com um agravo interno no mandado de segurança proferido pelo desembargador José Ribamar Oliveira que determinou a suspensão do julgamento, no TCE/PI, do processo de subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. Decidiu, ainda, o Plenário, fazer uma reclamação constitucional dirigida ao Supremo Tribunal Federal para que se manifeste sobre a competência do TCE.

Audidores fiscais de controle externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) realizaram no período uma visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), a fim de colher informações sobre a fiscalização exercida na área estadual, relativa às receitas e despesas, que contou ainda com representantes do Tribunal de Contas do Estado do Sergipe (TCE-SE). Abordaram, sobretudo, o tratamento das informações encaminhadas pelas unidades estaduais eletronicamente, o planejamento de auditorias, o uso de sistemas informatizados, assim como a experiência do TCE-SC em auditorias do Banco Mundial e auditorias de receitas no âmbito do Governo Estadual. A visita se estendeu à Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. (SCGás),



Em 26 de abril, os servidores do Tribunal de Contas do Piauí participaram da palestra de “Apresentação de sistemas informáticos de combate à corrupção”, na Escola de Gestão e Controle do TCE/PI, que integrou o curso “Inteligência Institucional: Aplicação no Controle Externo da Administração Pública como Instrumento de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro”. Durante a mesma, foram apresentados sistemas da Controladoria Geral da União (CGU) - consulta da base de dados, e do Tribunal de Contas da União (TCU) - ALICE (Análise de Licitações e Contratos), Painel de Classificação de Risco de Transferência Voluntária e a Diretoria de Gestão de Informação (DGI), que auxiliam auditores na investigação de práticas de corrupção e desvio de recursos.

A Escola de Gestão e Controle (EGC-PI) do Tribunal de Contas do Estado do Piauí promoveu nos dias 25 e 26 de abril um ciclo de palestras sobre auditoria de receitas para os servidores do TCE. Representantes dos TCEs do Rio de Janeiro e Espírito Santo falaram das experiências em seus Estados, com temas como auditoria de receita estadual, ministrada pelo analista de controle externo do TCE-RJ, Jorge Eduardo Salgado Sales, e auditoria de receita municipal, pelo auditor de controle externo do TCE-RS, Vinícius Bergamini del Pupo.

Em 27 de abril, esta Corte de Contas aprovou, em sessão Plenária, o adiamento dos prazos de entrega das prestações de contas de janeiro e de fevereiro deste ano para os dias 2 e 15 de maio, respectivamente. Na mesma sessão, decidiu fazer inspeção extraordinária em 48 prefeituras para verificar a documentação das prestações de contas.

O adiamento da entrega dos documentos atendeu a requerimento da Associação dos Contadores do Piauí e Associação Piauiense de Municípios, que alegaram dificuldade dos novos gestores em reunir e transmitir ao TCE/PI os documentos necessários à prestação de contas. O prazo de entrega dos balancetes de janeiro se encerrou no dia 30 de março; e o de fevereiro, no dia 30 de abril.

O TCE/PI já havia prorrogado para 17 de abril o prazo de entrega dos documentos referentes a janeiro. Os gestores justificaram que estavam tendo dificuldades na transmissão dos documentos pelos sistemas web do TCE/PI. A DFAM constatou, porém, que 48 municípios sequer tentaram repassar as informações ao Tribunal e solicitou a inspeção extraordinária, que foi aprovada por unanimidade em plenário.

Também prorrogado, na mesma sessão, e sob as mesmas justificativas, o prazo para encaminhamento das respostas dos questionários do IEGM, conforme Decisão nº 541/17, para a data impreterível de 31/05/17.

No período de 03 a 05 de maio, o TCE/PI realizou, em Corrente (860 quilômetros ao sul de Teresina), a V edição do Seminário para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante,



abrangendo. palestras e minicursos sobre gestão, licitações e contratos, IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), obras e outras áreas da administração pública. O seminário foi realizado por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC), com apoio da Prefeitura de Corrente e outras instituições, com a participação de prefeitos, vereadores, presidentes de câmaras municipais, secretários, servidores públicos e representantes de associações e entidades comunitárias de Corrente e municípios vizinhos.

O Tribunal determinou que 80 municípios que se encontravam com limite de gastos com pessoal acima do limite legal permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal fossem notificados para que tomassem providências de modo a se adequarem ao referido limite no prazo de oito meses. A decisão foi proposta pelo Ministério Público de Contas, na sessão no dia 4 de maio, em decorrência do elevado número de municípios que extrapolaram o limite legal de 54% da receita corrente líquida com gastos de pessoal (dados referentes ao 2º quadrimestre de 2016). Após notificação, os municípios devem se abster de realizar contratações de servidores temporários e comissionados, rescindir contratações ou exonerar servidores em comissão, com a finalidade de restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro do município. E caso as determinações feitas pelo Tribunal de Contas não tenham sido cumpridas no prazo, foi determinado o bloqueio das contas do município e a aplicação de multa ao gestor, cujo desbloqueio só será realizado mediante à apresentação de um plano de adequação ao índice legal em 15 dias para implementação do mesmo em 30 dias.

A categoria dos auditores fiscais de controle externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) foi homenageada em sessão especial da Assembleia Legislativa no dia 9 de maio, por proposta do deputado estadual Evaldo Gomes (PTC), para lembrar a passagem do Dia do Auditor Fiscal de Controle Externo, comemorado no dia 27 de abril. A sessão foi presidida pelo deputado Themístocles Filho (PMDB), presidente da Assembleia Legislativa, e contou com a presença do presidente do TCE/PI, Olavo Rebelo, do presidente da Associação dos Auditores Fiscais e Assessores Jurídicos do TCE/PI, José de Jesus Cardoso da Cunha, e de vários auditores de controle externo do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) recebeu no dia 9 do mês de maio uma comitiva da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), composta pelo conselheiro Valter Albano, que também é vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT), pela conselheira-substituta Jaqueline Jacobsen e pelo procurador do Ministério Público de Contas Alisson Alencar, também do TCE-MT.

A reunião teve por objetivo discutir a situação dos Tribunais de Contas e coletar informações e sugestões para a elaboração do Planejamento Estratégico 2018-2023 da



Atricon, além de debater o Marco de Medição de Desempenho (MMD), ferramenta que mede a eficácia das medidas e ações dos Tribunais de Contas. Da reunião saíram propostas para serem consolidadas em um só documento, com ideias de todos os Tribunais de Contas do Brasil, que reunirá as metas e as prioridades da entidade para os próximos cinco anos.

O evento contou ainda com a participação dos conselheiros Luciano Nunes, Kennedy Barros, Lílian Martins, Kléber Eulálio e Waltânia Alvarenga, dos conselheiros-substitutos Jaylson Campelo, Jackson Veras e Delano Câmara, do procurador-geral Plínio Valente e do procurador Márcio Vasconcelos, do Ministério Público de Contas, assim como dos técnicos da Atricon, Carlos Romeu, Risodalva Castro e Amanda Agostinho e outros técnicos desta Casa.

Após análise de denúncia de suposta contratação irregular, pela Prefeitura de Teresina, de terceirizados para a segurança e vigilância patrimonial do município, esta Corte decidiu, em sessão do Plenário, no dia 11 de maio, que realizará audiência pública no dia 12 de junho para discutir a nomeação de concursados e a contratação de terceirizados para a Guarda Municipal da Prefeitura de Teresina, para que a Prefeitura, os concursados e demais partes interessadas possam se manifestar e, a partir daí, tirar uma decisão sobre o assunto.

Em 15 de maio, foi realizada na Escola de Gestão e Controle (EGC-PI) uma reunião com servidores para apresentação da sistemática de implementação do Marco de Medição de Desempenho (MMD), ferramenta desenvolvida pela Atricon e que permite analisar a evolução da agilidade e da qualidade dos Tribunais de Contas, inclusive do TCE/PI. O projeto envolve os 34 Tribunais de Contas e contará com o trabalho de cerca de 150 membros e servidores entre abril e setembro de 2017. Em 2015, foi feita a primeira avaliação para o MMD em todos os Tribunais de Contas e este ano, a sua reavaliação.

A Conselheira Waltânia Alvarenga e técnicos desta Corte participaram de uma Capacitação para Acompanhamento das Metas 1 e 3 do Plano Nacional de Educação (PNE), em Brasília, realizada pelo Grupo de Trabalho Atricon-Instituto Rui Barbosa. O treinamento aconteceu no dia 11 de maio, e buscou capacitar servidores e membros dos Tribunais de Contas na utilização do sistema de monitoramento e expedição de alertas desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Atricon-IRB, em parceria com o TCE/MS.

A capacitação foi fruto do convênio entre os TCEs, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), o Ministério da Educação (MEC), Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e tem como finalidade ampliar a fiscalização efetiva da execução dos planos municipais e estaduais de educação em todo o país, em especial as metas 1 e 3 do PNE, que objetivam a universalização do acesso ao



ensino na Educação Infantil e no Ensino Médio até o ano de 2024. Como resultado, cada TCE deverá criar um sistema de monitoramento e alerta sobre as metas do PNE para cada município, a fim de notificar os gestores sobre o cumprimento, ou não, das metas de melhoria da qualidade e de acesso ao ensino da Educação Básica. O TCE/PI fará esse monitoramento na análise das prestações contas do exercício de 2016.

A Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) ingressou, em 16 de maio, no Supremo Tribunal Federal, como *amicus curiae* na ação de Suspensão de Segurança movida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) contra a decisão liminar do desembargador José Ribamar Oliveira, do Tribunal de Justiça do Piauí, que anulou os atos administrativos desta Corte no processo que apura denúncia de irregularidades na licitação para a subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina.

Além da ação junto ao STF, o TCE/PI entrou também com um agravo regimental no Tribunal de Justiça do Piauí contra a liminar de José Ribamar Oliveira, sob o argumento de que a decisão vai de encontro à missão institucional do Tribunal de fiscalizar os atos da administração pública. O recurso será levado ao plenário para julgamento.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) assinou, no dia 22 de maio, durante os Encontros Regionais de Gestão Estratégica: MP Contra a Corrupção, realizado no Fórum de Timon (MA), um termo de cooperação técnica com o Ministério Público Estadual do Maranhão, com a mediação do presidente do TCE/PI, conselheiro Olavo Rebelo, e do procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho. A parceria também foi feita entre o Ministério Público do Maranhão e o Ministério Público Federal do Piauí, representado no evento pelo procurador-geral da República no Estado, Marco Aurélio Adão, também prevendo ações integradas de combate a desvio e outras irregularidades no uso do dinheiro público, com o compartilhamento de informações e a realização de operações conjuntas de combate à corrupção na gestão pública. O evento reuniu procuradores e promotores de Justiça, magistrados, prefeitos e representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) participou da 26ª edição da Ação Global, que aconteceu no dia 27, em Teresina, no Parque Cidadania, como parte das ações de fortalecimento da cidadania, por meio da oferta de serviços e informações. Atuando em parceria com a Ouvidoria-Geral da União e com a Rede de Ouvidorias do Piauí, a ideia é ouvir os anseios da população e orientar o cidadão sobre participação e controle social. na fiscalização da administração pública e na gestão de recursos públicos. A Ouvidora do



TCE/PI, Conselheira Waltânia Leal, apresentou os canais de acesso à Ouvidoria do Tribunal e coordenou a distribuição de material informativo à população.

O Ação Global é um projeto da Rede Globo em parceria com Sesi (Serviço Social da Indústria), realizado anualmente com a finalidade de prestar serviços gratuitos de lazer, saúde e cidadania, e ocorre simultaneamente em 27 cidades brasileiras e no Distrito Federal. Neste ano, abordou o tema ‘Qualidade de Vida para a Família’.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) realizou, no período de 24 a 26 de maio, na Praça de Eventos do Teresina Shopping, a exposição “Conhecendo o TCE/PI”, que marcou o lançamento da campanha “Licitação Fraudulenta é Crime! E Grave!”. O foco na licitação justificou-se por serem os processos licitatórios a porta de entrada para atos de corrupção nas administrações públicas do Estado e dos municípios.

O evento proporcionou ao público acesso a textos, fotografias, vídeos e documentos que contam a história do Tribunal, assim como veículos, laboratórios de análise de materiais e outros equipamentos utilizados em fiscalizações e operações de controle externo realizadas pelos auditores e técnicos do Tribunal nos órgãos da administração pública estadual e municipal. A finalidade foi mostrar a história da Corte de Contas do Piauí, destacando a importância do Tribunal como órgão de controle externo.

Foram instaladas no local amostras das unidades administrativas do TCE/PI, da Ouvidoria e da Escola de Gestão e Controle (EGC), que distribuíram material de consulta e deram orientação sobre os canais de acesso para denúncias e reclamações, a fim de conscientizar e estimular o cidadão a contribuir com o controle social da gestão pública, denunciando práticas que contribuam para o combate a desvios e outros atos de corrupção na gestão pública.

Já se aproximando do prazo final (31/maio) prorrogado para o envio das respostas dos questionários do IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), referentes ao exercício de 2016, o TCE/PI divulgou lista de municípios que enviaram os questionários, alertando que os municípios que não responderem os questionários no prazo terão as contas bloqueadas, dentre outras penalidades.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) realizou, no período de 31/05 a 02/06, no auditório Germayron Brito em Piripiri, o XXXII Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante e I Seminário de Qualificação de Gestores, por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC), com apoio da Prefeitura de Piripiri e outras entidades e parceiras.



O seminário constou de palestras e minicursos sobre temas relacionados à administração municipal, e foi destinado a prefeitos, vereadores, secretários e conselheiros municipais, contadores, advogados, servidores públicos, profissionais liberais e representantes de sindicatos e outras entidades da sociedade civil. O objetivo sempre é qualificar os gestores, melhorar a eficiência dos serviços municipais e capacitar os representantes da sociedade civil para o exercício do controle social da gestão pública.

Teresina sediou, nos dias 1 e 2 de junho, o XXVII Simpósio Brasileiro de Direito Previdenciário, realizado no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Piauí (OAB/PI), trazendo à capital piauiense algumas das mais renomadas autoridades do país em Direito Previdenciário. Com a abertura com a palestra “Direitos Sociais: o que o dinheiro não compra”, do juiz federal Fabio de Souza, do Rio de Janeiro, o evento foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), com apoio do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) e da OAB/PI, tendo como principal objetivo colocar em debate temas atuais do direito previdenciário – entre eles a reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional.

O auditor de Controle Externo do TCE/PI, especialista em Direito Público pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina (CEUT), chefe da Divisão de Fiscalização de Atos da Administração Pública (DFAP) do TCE/PI e um dos coordenadores do evento, Alex Sertão, ministrou palestra sobre o tema “Servidores públicos: quantas reformas e quantos impactos?”, abordando as mudanças previstas na reforma da Previdência e seus impactos na aposentadoria dos servidores públicos e para a sociedade como um todo.

O conselheiro-substituto Alisson Felipe Araújo, do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI), foi um dos palestrantes do Seminário sobre Medidas de Redução e Contenção de Gastos com Pessoal, realizado no dia 5 de junho pela Associação Piauiense de Municípios (APPM), apresentando o tema “Medidas e Providências Necessárias para a Redução de Pessoal nos Municípios”. Além do conselheiro-substituto do TCE/PI, o seminário contou ainda com palestra do presidente da Escola dos Municípios da APPM, Marcos Patrício Nogueira, sobre Práticas e Dificuldades Enfrentadas pela Administração na Redução de Despesas pela Administração com Pessoal; e de Carvalho Neto, da Associação dos Contadores Públicos do Estado do Piauí, sobre Obediência aos Princípios da Legalidade e da Eficiência na Redução e Contenção da Despesa com Pessoal.

Duzentos e dezoito dos 224 municípios piauienses responderam os sete questionários do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) referente ao exercício de 2016, cujo prazo encerrou em 31 de maio do corrente. Em 2017, esta Corte realizará a validação dos



respectivos questionários, com a realização de inspeção in loco por auditores de controle externo, para verificar a fidedignidade das informações apresentadas, o que permitirá a realização de um diagnóstico real das políticas públicas implantadas pelas prefeituras. Os prefeitos que não responderam – todos os seis em início de mandato – justificaram sua dificuldade em face da dependência das informações dos gestores anteriores.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) realizou audiência pública no dia 12 de junho para discutir a convocação e nomeação de concursados da Guarda Municipal, pela Prefeitura de Teresina. Por sugestão do conselheiro-substituto Alisson Araújo, a Prefeitura deverá apresentar em 15 dias uma proposta de cronograma de nomeação de aproximadamente 90 concursados que aguardam convocação.

A audiência pública foi presidida pelo presidente do TCE/PI, conselheiro Olavo Rebelo, e contou com a presença de conselheiros e conselheiros-substitutos, do procurador-geral do Ministério Público de Contas, de representantes da Prefeitura e aprovados no concurso. O concurso público para a Guarda Municipal de Teresina foi realizado no final de 2015. Segundo a Prefeitura, 120 das 230 vagas disponíveis foram preenchidas.

Os concursados alegaram que a Prefeitura estaria contratando empresas terceirizadas para oferta de mão de obra para a área de segurança e vigilância patrimonial. O secretário municipal do Trabalho e Assistência Social, Samuel Silveira, disse que o Município está impedido de contratar os concursados por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas acatou a proposta de em 15 dias apresentar a proposta de um calendário para a convocação dos concursados.

Encerrando a programação do semestre, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) iniciou no dia 28, que se estendeu até o dia 30 de junho, em Floriano, no auditório do Campus Amilcar Ferreira, o XXXIII Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante. Realizado por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC), conteve palestras e minicursos destinados a prefeitos, vereadores, presidentes de Câmaras Municipais, representantes de entidades sindicais e da sociedade civil, conselheiros municipais e cidadãos em geral. O objetivo é a qualificação dos gestores e a capacitação dos representantes da sociedade civil para o exercício do controle social da gestão pública, tendo sido realizado com apoio da Prefeitura de Floriano e outras entidades parceiras, e faz parte das iniciativas do TCE/PI para melhorar a eficiência dos serviços municipais a partir da qualificação técnica dos gestores e do estímulo do cidadão à fiscalização e controle da gestão pública.



3. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Compete à Secretaria das Sessões – SS acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

- Decisões proferidas pelos colegiados

DOCUMENTOS EMITIDOS	TOTAL
Acórdão	680
Parecer	99
Resolução	3
Projeto de Resolução	0
TOTAL	782

- Decisões proferidas por tipo de parecer

PARECER	TOTAL
Aprovação	3
Aprovação c/ Ressalvas	37
Reprovação	49
TOTAL	89

- Processos julgados por órgão deliberativo

ÓRGÃOS	SESSÕES	PROCESSOS
Plenária	13	145
Primeira Câmara	11	94
Segunda Câmara	13	118
TOTAL	37	357

- Processos julgados por tipo

PROCESSOS JULGADOS	TOTAL
Aposentadoria	5
Transferência para Reserva Remunerada/Reforma	1
Pensão	3
Admissão de Pessoal	9
Prestação de Contas	137
Consulta	8
Pedido de Reexame/Recurso/Embargo/Agravo Regimental/Pedido de Revisão	102
Outros	92
TOTAL	357



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

- Processos apreciados por Relator

RELATORES	PROCESSOS JULGADOS
Luciano Nunes	39
Abelardo Vilanova	32
Kennedy Barros	32
Waltânia Alvarenga	36
Lilian Martins	51
Kleber Eulálio	25
Jaylson Campelo	40
Delano Câmara	33
Jackson Veras	36
Alisson Araújo	30
Luciano Nunes	39
TOTAL	354
Sem Relator	3
TOTAL	357

- Decisões monocráticas

RELATORES	PROCESSOS APRECIADOS
Luciano Nunes	87
Abelardo Vilanova	65
Kennedy Barros	84
Waltânia Alvarenga	65
Lilian Martins	68
Kleber Eulálio	87
Jaylson Campelo	71
Delano Câmara	89
Jackson Veras	66
Alisson Araújo	113
TOTAL	795

- Certidões solicitadas por jurisdicionados

ATIVIDADES DESEMPENHADAS	TOTAL
Apreciação de Contas	266
Inativação	8
Trânsito em Julgado	1.244
Diversas	1.533
TOTAL	3.051



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

- Controle de multas

ATIVIDADES DESEMPENHADAS	TOTAL
Certidões expedidas	993
Parcelamento de dívidas	106
Montantes de multa enviados	-
Cancelamento ou transferência de multa	-
Boletos de multas enviados	387
Processos de cobrança de multa abertos	239
Processos encaminhados à Procuradoria Geral do Estado	-
Processos enviados à Presidência para fazer decisão de encaminhamento para P.G.E.	-
TOTAL	1.725



4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas do Piauí é instituição permanente e essencial às funções jurisdicionais do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, regendo-se pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e, em especial, da independência funcional, que garante a liberdade de atuação de seus membros, vinculando-os apenas à Lei e à Constituição.

Segundo o ordenamento jurídico em vigor, o órgão é composto por cinco Procuradores, sob a chefia do Procurador-Geral, nomeado pelo Governador do Estado do Piauí para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei Estadual nº 5.888, de 19 de agosto de 2009.

Atuando perante o Tribunal de Contas, compete ao Ministério Público de Contas emitir parecer sobre todos os processos referentes ao controle externo; comparecer às sessões e dizer o direito, verbalmente ou por escrito; interpor os recursos previstos em lei; propor medidas cautelares e incidentes processuais, inclusive o incidente de inconstitucionalidade; levar ao conhecimento das autoridades competentes a ocorrência de fatos ou atos ilegais chegados ao seu conhecimento em razão do cargo; velar, supletivamente, pela execução das decisões do Tribunal; requisitar documentos e informações, dentre outras medidas previstas em lei.

Desse modo, o Ministério Público de Contas do Piauí desempenha a relevante missão de guarda da lei e fiscal de sua execução no âmbito do controle externo da Administração Pública Estadual e Municipal, apresentando-se como um forte aliado da sociedade no combate à corrupção e à malversação do dinheiro público.

Na tabela a seguir, destaca-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

Nº	ASSUNTO	PROCURADORES										TOTAL		SALDO
		RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO		Entr	Saíd	
1.0	TRAMITAÇÃO PROCESSOS/PARECERES	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	30.06.17
1.1	Benefício (Inativação e Pensão)	201	201	77	91	208	203	193	196	159	146	838	837	22
1.2	Admissão de Pessoal	15	17	6	9	15	14	14	18	6	6	56	64	7
1.3	Prest.Ctas.Prefeituras/Aut.Esp./Tom.Contas	17	28	10	2	20	17	25	35	23	27	95	109	12
1.4	Prest.Ctas.Órgãos/Aut.Esp./Tom.Contas	10	18	14	19	13	13	14	12	10	17	61	79	11
1.5	Denúncia/Representação	48	47	51	45	60	53	60	48	61	57	280	250	38
1.6	Recurso/Pedido Reexame/Pedido Revisão	51	49	17	32	40	40	26	26	25	28	159	175	8
1.7	Consulta	5	5	1	1	7	6	1	1	5	5	19	18	1
1.8	Sol.Auditoria/Aud.Operacional/Contr./Convênio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.9	Proc. Adm./Sindic./Resol./Solic./Inc.Processual	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	4	2	3
1.10	Termo de Ajuste de Gestão	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
TOTAL (1.1 a 1.10)		349	366	177	200	364	346	333	336	290	287	1513	1535	103



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

2.0	PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC	RAÍSSA	PLÍNIO	JÚNIOR	LEANDRO	MÁRCIO	TOTAL
2.1	Representação	7	32	22	16	22	99
2.2	Recurso Interposto/Pedido de Revisão	1	0	0	0	0	1
2.3	Memorando de Encaminhamento de Denúncias	0	0	0	0	0	0
2.4	Reun.Instituc./Reun.Admin./Aud.Gestor/Evento	0	2	0	0	0	2
2.5	Recomendação/Convênio/Ato de Cooperação	0	0	0	0	0	0
2.6	Ofícios Enviados a Órgãos Externos	0	0	0	0	3	3
2.7	Proposta de Alteração de Legislação	0	0	0	0	0	0
2.8	Incidente de Inconstitucionalidade	0	0	0	0	0	0
2.9	Prop. Adm/Prop. de Orient. Jurisprudencial	0	0	0	0	0	0
2.10	Pedido de Inspeção	0	0	0	0	0	0
TOTAL (2.1 a 2.10)		8	34	22	16	25	105



5. PRESIDÊNCIA

Destaca-se abaixo o quantitativo dos principais documentos emitidos pela Presidência no período:

ÁREA	TIPO DE ATO	QUANTIDADE
CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	Memorando	3
	Decisão Monocrática	6
	Portaria	6
	Ofício	6
	Despacho	976
COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E CERIMONIAL	Despacho	18
CONSULTORIA TÉCNICA	Informação	11
	Despacho	24
	Parecer	50
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA	Memorando	1
	Ofício de Convênio	1
	Portaria de Abono de Permanência	1
	Portaria	276
	Despacho	595
	Ofício	728
TOTAL		2702

5.1. Planejamento Estratégico

Compete à Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – APGE coordenar e fomentar o Planejamento Estratégico do Tribunal, além de exercer atividades correlatas. Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pela APGE no trimestre:

ATIVIDADES
Gerenciamento da execução das ações do Plano Estratégico 2016-2019
Reunião de apresentação das metas apuradas no primeiro trimestre de 2017
Revisão do Planejamento Estratégico 2016-2019 do TCE/PI para o ano de 2017
Implementação do Projeto Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC 2017 no TCE/PI
Continuação do projeto de Redesenho dos Processos do TCE/PI – área finalística: mapeamento, fixação de prazo de início e fim de cada etapa do processo e manualização dos procedimentos do processo de Prestação de Contas
Elaboração do Relatório Trimestral de atividades do TCE/PI referente ao primeiro trimestre de 2017
Acompanhamento das metas de todas as unidades do Tribunal
Acompanhamento mensal do estoque de processos de prestação de contas não julgados
Suporte contínuo através de atendimento a todas as unidades do Tribunal



5.2. Informações Estratégicas

O Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas – NUGEI tem a finalidade de exercer a atividade especializada de produzir conhecimentos que permitam às autoridades competentes, nos níveis estratégicos, tático e operacional, adotar decisões que resultem em aumento de efetividade das ações de controle externo e realizar ações que exijam a utilização de métodos e técnicas de investigação de ilícitos administrativos. Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades realizadas no período:

- Relatórios e/ou outros meios de apoio ao Controle Externo

DESCRIÇÃO
Relatório de informação para atendimento ao TC 009542/2017 - Autuado/reservado
Análise decorrente da informação trazida no TC 009915/2017 - Sigiloso
Relatório de informação para atendimento ao TC 013901/2017 - Autuado/reservado
Relatório de informação para atendimento ao TC 013903/2017 - Autuado/reservado
Relatório de informação solicitada pelo Grupo de Repressão ao Crime Organizado-GRECO, através do ofício nº 600/GRECO/2017
4 RAMAS – “Operação Escamoteamento” - NUGEI / GAECO
Relatório de apuração preliminar dos fatos narrados em nota de alerta decorrente de e-mail encaminhado para a Ouvidoria desta Corte de Contas, através do “Fale Conosco”. Encaminhado para a DFAM
Relatório de informação solicitada pelo Grupo de Repressão ao Crime Organizado-GRECO sobre a informação o que especificou
Informação sobre contas credoras de precatórios do FUNDEF
Relatório para atender demanda da Unidade de Informações Estratégicas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
Relatório Externo de Informação IV - SIGILOSO
Relatório Externo de Informação V - SIGILOSO
Relatório Externo de Informação VI - SIGILOSO
Relatório de apuração de denúncia de acumulação ilegal de cargos de servidor que especificou

- Relatórios em andamento

DESCRIÇÃO
Relatório com informações sobre a solicitação do Procurador da República Alexandre Assunção Silva – TC 006466/2014 (informações complexas – compartilhamento de informações requerido – em curso – necessidade de diligências) - Sobrestado
Relatório de informação requerido pela 35ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI – 020748/2015 - Não disponível ainda – Restrito
Revisão dos relatórios do SMS/FMS de CORRENTE/PI – 2011 e 2013 - Não disponível ainda
Relatório da fiscalização sobre locações de veículos 2014 e 2015 - Não disponível ainda



- Auditorias/Inspeções/Diligências

DESCRIÇÃO

Participação na “Operação Escamoteamento” conduzida pelo GAECO

Diligências GAECO para análise de documentos apreendidos na “Op. Escamoteamento”

Diligências realizadas para atender demanda da UIE / TCE-MA

- Outras atividades desenvolvidas:

ATIVIDADES

Oferta de curso de “Inteligência Institucional” para servidores do TCE/PI – 2ª Turma

Treinamento interno em técnicas voltadas ao combate à corrupção e lavagem de dinheiro

Participação, como palestrante e ministrante de minicurso, no evento V SEMINÁRIO PARA OS NOVOS GESTORES E OUVIDORIA ITINERANTE, promovido pela Escola de Gestão e Controle – EGC deste Tribunal, na cidade de Corrente/PI, nos dias 03 a 05 de maio do corrente ano.

Participação no “Curso de Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro – CE”, da Secretaria Nacional de Justiça, realizado na cidade de Fortaleza/CE no período de 24 a 26 de maio do corrente ano.

Participação, como palestrante, no evento do XXXII SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE CONTROLADORES SOCIAIS E OUVIDORIA ITINERANTE, promovido pela Escola de Gestão e Controle – EGC deste Tribunal, na cidade de Piriapiri/PI, nos dias 31/05 a 02/06/17.

Participação na conferência Gartner Data & Analytics 2017, que teve como objetivo divulgar estratégias e ferramentas que permitam as corporações utilizarem a forma mais eficiente, que será realizada na cidade de São Paulo/SP (12/06 a 19/06/17).

Participação na Operação Pastor conduzida pela Polícia Federal

Participação, como ministrante de minicurso, no evento XXXIII SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE CONTROLADORES SOCIAIS E OUVIDORIA ITINERANTE, promovido pela Escola de Gestão e Controle – EGC deste Tribunal, na cidade de Floriano/PI, nos dias 28 a 30 de junho 2017.

Participação na elaboração e celebração de ACT com o Ministério Público do Estado do Maranhão

Início dos trabalhos para formalização do ACT com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União-CGU para implementação da metodologia ODP.TC

Aferição dos trabalhos da Comissão de Avaliação do desempenho do TCE/PI no QATC

Continuação dos trabalhos designados pela PORTARIA Nº 254/17

Participação com compartilhamento de informações em reuniões da Rede de Controle da Gestão Pública no Estado

Compartilhamento de informações ao MPE/PI

Compartilhamento de atividades com o GAECO-MPE/PI

Atendimento presencial a autoridades e cidadãos que procuraram a unidade, conforme registro em livro próprio



5.3. Comunicação Institucional

A Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete a Assessoria de Comunicação Social a divulgação institucional do TCE/PI apropriada para:

- **Jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **Público Interno** - dados e informações de caráter funcional;
- **Público Externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Assessoria de Comunicação em números no período:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Releases	72
Postagens nas redes sociais	38
Criação de artes gráficas	64
Visualizações no site do TCE	697.140
Alcance das publicações nas redes sociais (pessoas)	51.199

Em abril, a Seção de Comunicação reforçou a divulgação da aplicação dos questionários do Índice de Efetividade da Gestão Municipal e o alerta para gestores sobre o fim do prazo.

Durante o 2º trimestre, técnicos do TCE/PI participaram de Operações em conjunto com a Rede Controle que proporcionaram resultados positivos para credibilidade e atuação do Tribunal no combate à corrupção.

Em maio, o TCE/PI realizou a exposição “Conhecendo o TCE/PI” no Teresina Shopping para se aproximar do cidadão e apresentar como funciona o trabalho realizado pelo Tribunal.



6. CORREGEDORIA

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Piauí é um órgão com a missão de garantir o controle da conduta funcional, firmados nos princípios éticos e legais, mediante a realização de fiscalização, recomendação, correição e mediação, com a finalidade de assegurar a regularidade funcional.

Outrossim, pretende proporcionar a eficiência das atividades institucionais ante o aprimoramento das rotinas internas e adotar programas de prevenção de infrações disciplinares.

Missão

Prestar serviços efetivos e eficientes por meio da orientação, fiscalização e controle das atividades institucionais e de planejamento. Além da conduta disciplinar de membros e servidores da Corte de Contas.

Visão

Ser reconhecida pela sociedade, pelos membros e servidores da Corte de Contas como órgão acessível, ético e eficiente na realização das suas atividades.

Valores

Ética, humanidade, legalidade, impessoalidade, comprometimento, inovação, celeridade, eficiência, publicidade e transparência.

Na tabela a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados pela Corregedoria Geral no segundo trimestre:

ATIVIDADES EXECUTADAS	QUANTIDADE
Elaboração de ofícios e memorandos	09
Portarias publicadas	04
Elaboração de Parecer	07
Procedimento Preliminar Disciplinar	04
Termo de Ajuste de Conduta	01
Notificação	01



7. CONTROLE INTERNO

Compete à Controladoria do Tribunal de Contas verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas; avaliar o cumprimento das metas previstas pelo Tribunal de Contas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); exercer o controle dos direitos e haveres da instituição; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete, ainda, à Controladoria emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas e sobre as contas daqueles que, por delegação, ordenarem despesas ou praticarem atos de gestão no âmbito do Tribunal de Contas; realizar, por iniciativa própria ou do Plenário do Tribunal de Contas, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da Instituição; avaliar a exatidão das informações contidas nos processos de admissão, de concessão de aposentadoria e pensão, e de revisão de proventos do Tribunal de Contas; manter intercâmbio com Unidades de Controle Interno de órgãos e entidades da Administração Pública; acompanhar denúncias oriundas da ouvidoria em matéria de sua competência; acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF; elaborar o Plano Anual de Auditoria; expedir recomendações à Presidência do Tribunal; representar ao Plenário do Tribunal sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

ATIVIDADES
1) PARECERES
- 02 pareceres sobre prestações de contas mensais do TCE/PI
- 02 pareceres sobre processos licitatórios
- 01 parecer sobre Plano Previdenciário
- 01 parecer sobre Plano Financeiro IAPEP
- 01 parecer sobre Contribuições Previdenciária/INSS



8. OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal democrático de diálogo destinado a disseminar informações e a receber manifestações dos cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações.

Através dessa ferramenta cria-se e amplia-se os canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade, fomentando a construção coletiva e participativa do cidadão na missão de controlar a Administração Pública e contribuir para o aprimoramento dos serviços do TCE.

• Serviços ofertados pela Ouvidoria

ATIVIDADES
Orientação ao cidadão acerca do encaminhamento de denúncia e de Representação para o TCE
Recebimento e tratamento de todas as manifestações que estejam relacionadas à atuação do TCE com isenção e imparcialidade
Encaminhamento das demandas às áreas responsáveis para o seu tratamento e manter o cidadão informado sobre o andamento e resultados
Realização de atividades em parceria com a Escola de Contas, para promover o exercício da cidadania e contribuição para o controle social
Realização e mediação de conflitos de interesses entre o cidadão e o gestor público
Identificação das oportunidades e melhoria da Instituição
Realização de atividades em parceria com a Escola de Contas, para promover o exercício da cidadania e contribuição para o controle social

• Reclamações/Denúncias/Sugestões

Devem ser feitas via Ouvidoria, e podem ser transformadas em processo no Tribunal ou em outro órgão, dependendo das informações obtidas no curso do atendimento. A Ouvidoria mantém o sigilo das informações e de sua autoria, por dever ético e legal de resguardar seus dados pessoais. A Ouvidoria não substitui os canais institucionais de atendimento do Tribunal, nem decide pelas unidades específicas do Tribunal de Contas.

• Canais de comunicação

Portal: <http://www.tce.pi.gov.br/institucional/ouvidoria>

E-mail: ouvidoria@tce.pi.gov.br

Formulários de Denúncia, elogios, sugestões do TCE/PI
(Portal do Cidadão)

Correspondência: Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP:
64018-900

Telefone: (86) 3215-3987



Destaca-se abaixo o quantitativo dos principais procedimentos realizados pela Ouvidoria no período:

ESPECIFICAÇÃO	NO TRIMESTRE
Encaminhar demandas ao setor competente (todas as demandas que foram encaminhadas à Ouvidoria via e-TCE, e que foram posteriormente encaminhadas a outros setores)	60
Responder demandas de pronto atendimento (todas as demandas que foram respondidas pela Ouvidoria por meio digital ou pessoal, mas que não geraram código de protocolo no sistema eTCE)	268
Elaborar documentos técnicos/pareceres de baixa complexidade (todas as demandas que geraram protocolo no eTCE, sejam processos ou documentos, e excetuados os Termos de Encaminhamento)	143
Elaborar documentos técnicos/pareceres de média complexidade (todos Termos de Encaminhamento enviados os setores responsáveis)	02
Elaborar documentos técnicos/pareceres de alta complexidade (relatórios elaborados em casos específicos, de maior complexidade)	00
TOTAL	473



9. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

9.1. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	DFAE V	TOTAL
01	Inspecções/Auditorias realizadas	-	07	21	10	-	-	38
02	Relatórios emitidos de Auditorias	-	20	36	22	-	-	78
03	Relatórios emitidos de solicitação de informações	-	-	05	02	-	07	14
04	Relatórios emitidos de denúncias	-	03	01	-	01	09	14
05	Relatórios emitidos de Consultas	-	-	-	-	-	03	03
05	Relatórios emitidos de Tomada de Contas Especial	-	-	02	01	-	-	03
06	Relatórios emitidos de Contraditórios de Tomada de Contas Especial	-	-	-	-	04	-	04
07	Certidões	-	-	-	-	01	-	01
08	Relatórios de processos reinformados	-	-	-	-	-	-	01
09	Relatórios emitidos de Representação	-	-	-	-	01	-	01
10	Relatórios emitidos de contraditórios	-	-	-	-	22	-	22
11	Ofícios respondidos	-	04	-	02	-	-	06
12	Relatórios Concomitantes	-	05	-	-	-	03	08



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	DFAE V	TOTAL
13	Relatórios emitidos de Contraditórios de Auditorias concomitantes					01	03	04
14	Relatórios emitidos de Contraditórios de Denúncias						01	01
12	Outras atividades desenvolvidas	<p>1. Participação no I Fórum Estadual de Controle Interno, como ministrante do minicurso Prestações de Contas ao TCE</p> <p>2. Esclarecimentos de dúvidas aos jurisdicionados estaduais, pelo telefone, email e de forma presencial</p> <p>3. Participações de Reuniões da Rede de Controle, Comitê de Gestores, Comitê de TI</p> <p>4. Participação de reuniões da Comissão de Transição</p> <p>5. Participação em curso sobre o SIAFE/PI</p> <p>6. Planejamento das atividades para o exercício de 2017</p>	<p>1 Ajustes no SERCA</p> <p>2 Pesquisas em diários Oficiais sobre licitações e contratos</p> <p>3 Consultas ao SIAFEN/infofolha /SISCON por solicitação de outros setores do TCE</p> <p>4. Atendimento a jurisdicionados</p> <p>5. Acompanhamento de licitações na Capital</p>	<p>1. Atendimento aos jurisdicionados, em especial a SESAPI quanto ao acompanhamento das prestações de contas dos hospitais e Coordenações do interior</p> <p>2. Acompanhamento de licitações na Capital</p> <p>3. Atendimentos a outros setores</p> <p>4. Pesquisas no Infofolha para outros setores do TCE</p> <p>5. Resposta a email de jurisdicionados em atendimento aos Conselheiros</p>	<p>1. Pesquisas em diários oficiais sobre licitações e contratos</p> <p>2. Consulta ao Infofolha por solicitações de outros setores deste TCE</p> <p>3. Resposta a Notas de alerta</p> <p>4 Análise de sugestão do TAG celebrado entre o TCE/SASC/PMT</p>	<p>1 Levantamento do excesso de arrecadação nos Diários Oficiais do Estado</p> <p>2. Acompanhamento da legislação estadual publicada nos Diários Oficiais do Estado no segundo trimestre de 2017</p> <p>3. Esclarecimento de dúvidas aos jurisdicionados estaduais</p> <p>4. Análise do Balanço Geral do Estado</p> <p>5. Acompanhamento dos demonstrativos da LRF</p>	<p>1. Pesquisas em Diários Oficiais sobre licitações, contratos, acompanhamento de des-pesas, suplementações/anulações orçamentária</p> <p>2. Solicitações diversas de escaneamento de documentos comprobatório dos achados e respectivas conferências</p> <p>3. Controle de processos (conferência e organização de documentos digitalizados ou sua numeração em relatórios e processos em geral)</p> <p>4. Participação em cursos por parte dos servidores veteranos e os que ingressaram nos quadros do TCE no 2º trimestre</p> <p>5. Diligências externas para instrução de procedimentos de inspeção e denúncia</p>	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	DFAE V	TOTAL
							<p>6. Participação em Comitê para reformulação do Sistemas Licitações WEB e contratos WEB, tanto na parte operacional, de desenvolvimento, quanto na reformulação da Resolução de regência</p> <p>7. Suporte operacional as outras divisões da DFAE na atuação concomitante</p>	



9.2. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAM I	DFAM II	DFAM III	DAFM IV	DFAM V	DFAM VI	DFAM VII	TOTAL
01	Prestações de contas em andamento ou finalizadas	-	09		02	71	12	04	08	106
02	Inspeções/Auditorias em andamento ou finalizadas	-	01		-	05	-	06	-	12
03	Relatórios de prestações de contas	-	04		07	27	04	07	03	52
04	Relatório de contraditório	-	03	41	15	-	04	05	-	68
05	Relatórios de denúncias/representações	02	10		02	15	03	20	04	56
06	Relatórios emitidos de tomada de contas/autuação especial	-	-	02	-	-	-	-	-	02
07	Relatórios emitidos de recursos/pedidos de revisão	-	-	31	-	-	-	01	-	32
08	Relatórios de processos reinformados	-	-	08	-	-	-	01	03	12
09	Relatórios de Auditorias/ Inspeções	-	05		09	03	06	06	04	33
10	Relatórios de consultas	-	01	07	-	02	-	-	06	16
11	Relatórios de acompanhamento de licitações	-	04		-	06	-	-	-	10
12	Análise de processos licitatórios	-	12		-	-	-	-	-	12
13	Ofícios respondidos	71	05		02	03	-	11	05	97
14	Certidões emitidas	57	04		-	-	13	03	-	77
15	Inspeção <i>in Loco</i>	-	16		07	05	-	-	-	28
16	Análise do Contraditório de processos de Denúncias/Inspeção/Representações	-	-	38	-	-	-	-	-	38
17	Análise concomitante (quantidade de municípios monitorados)	-	41		41	21	41	41	42	227
18	Relatório do contraditório – Concomitante de Fiscalização	-	-		-	-	-	-	-	-
19	Notas de Alerta da Ouvidoria	-	05		-	05	02	04	-	16



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAM I	DFAM II	DFAM III	DAFM IV	DFAM V	DFAM VI	DFAM VII	TOTAL
20	Memoriais	-	-	05	-	-	-	-	-	05

Obs.: 1) Análise concomitante incluiu as seguintes atividades:

- Monitoramento das publicações oficiais no Diário Oficial dos Municípios;
- Monitoramento das movimentações bancárias nos sistemas do Banco do Brasil;
- Monitoramento da documentação enviada via sistema Documentação Web (homologar/rejeitar/comunicar);
- Monitoramento dos avisos de licitações no sistema Licitações Web.

2) Outras atividades desenvolvidas pela Diretoria e Divisões Técnicas: Atendimento ao público, tramitação de processo no sistema de protocolo, instrução processual, assessoramento aos sistemas eletrônicos (SAGRES, Licitações Web e Documentações Web), elaboração de Manual de Procedimentos, treinamento para realização de monitoramento.



9.3. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

- Relatórios finalizados:

PROCESSO		JURISDICIONADO	TIPO DE PROCESSO	EXERCÍCIO
1	TC/019547/2014	PM DIRCEU ARCOVERDE	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2013
2	TC/001852/2015	PM PALMEIRA DO PIAUÍ	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2014
3	TC/006940/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 10	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
4	TC/005920/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 25	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
5	TC/013922/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 12	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
6	TC/014392/2015	PM SÃO JOÃO DO ARRAIAL	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	2008/2014
7	TC/005504/2015	PM ALTOS	DENÚNCIA – PRELIMINAR ⁽¹⁾	2014
8	TC/53139/2012	SETRANS	CONTRADITÓRIO – ANÁLISE COMPLEMENTAR (DEFESA CONTRATADA)	2012
9	TC/013923/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 21	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
10	TC/018194/2013	PM TERESINA/FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA	REPRESENTAÇÃO - CONTRADITÓRIO	2013
11	TC/005366/2016	SECID	CONTRADITÓRIO – 2ª ANÁLISE COMPLEMENTAR	2014
12	TC/03009/2013	IDEPI	DENÚNCIA - CONTRADITÓRIO	2013
13	TC/002079/2016	AGESPISA	DENÚNCIA (SOLICITAÇÃO ALEPI) – CONTRADITÓRIO	2010
14	TC/012633/2017	PM SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	DENÚNCIA COM MEDIDA CAUTELAR - INFORMAÇÃO	2017
15	TC/013887/2017	PM MATIAS OLIMPIO	DENÚNCIA COM MEDIDA CAUTELAR - INFORMAÇÃO	2017

Nota:

(1) a Representação (Processo TC/009908/2016) tendo como interessado o Ministério Público Estadual – 2ª Promotoria de Justiça de Altos foi apensado ao TC/005504/2015, conforme autorização do Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

• Relatórios em andamento:

PROCESSO		JURISDICIONADO	TIPO DE PROCESSO	EXERCÍCIO
1	TC-E-007427/2011	AGESPISA	AUDITORIA OPERACIONAL (SUMÁRIO EXECUTIVO)	2006/2014
2	TC/004600/2016	DER	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2013
3	TC/004975/2016	DER	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2015
4	TC/006937/2016	IDEPI / PARTE I – OBRA 7 (SÃO FÉLIX)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
5	TC/004235/2016	IDEPI / PARTE I – OBRA 1 (BENEDITINOS)	TCE – CONTRADITÓRIO	2014
6	TC/004394/2016	IDEPI / PARTE I – OBRA 4 (NAZÁRIA)	TCE – CONTRADITÓRIO	2014
7	TC/006941/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 16 (SÃO PEDRO)	TCE – CONTRADITÓRIO	2014
8	TC/013049/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 8 (CAMPO MAIOR)	TCE – CONTRADITÓRIO	2014
9	TC/011650/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 13 (CAMPO MAIOR/JOSÉ DE FREITAS)	TCE – CONTRADITÓRIO	2014
10	TC/013050/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 15 (SIGEFREDO PACHECO)	TCE – CONTRADITÓRIO	2014
11	TC/012823/2016	IDEPI / PARTE II - OBRA 20 (BARRAS)	TCE – CONTRADITÓRIO	2014
12	TC/006752/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 4 (HUGO NAPOLEÃO/SÃO GONÇALO)	TCE – CONTRADITÓRIO	2014
13	TC/012820/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 19 (DOMINGOS MOURÃO)	TCE – CONTRADITÓRIO	2014
14	TC/008297/2016	IDEPI / PARTE I – OBRA 3 (REDENÇÃO DO GURGUÉIA)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
15	TC/014439/2016	SETRANS	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2016
16	TC/014504/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 14 (JAICÓS)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
17	TC/006714/2016	SECRETARIA DE GOVERNO	ORDINÁRIO - PRELIMINAR	2016
18	TC/015009/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 9 (PALMEIRAIS/SÃO PEDRO)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
19	TC/017711/2013	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA – CONTRADITÓRIO: 2ª ANÁLISE	2013
20	TC/007994/2016	PM DE JERUMENHA	REPRESENTAÇÃO - PRELIMINAR	2016
21	TC/005921/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 17 (JOAQUIM PIRES/MURICI DOS PORTELA)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

PROCESSO		JURISDICIONADO	TIPO DE PROCESSO	EXERCÍCIO
22	TC/005922/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 11 (ALTOS/TERESINA)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
23	TC/006674/2016	IDEPI / PARTE I – OBRA 5 (MILTON BRANDÃO/JUAZEIRO)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
24	TC/015575/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 26 (RIO GRANDE)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
25	TC/012080/2015	SETRANS	TCE - CONTRADITÓRIO	2013/2015
26	TC/015725/2016	INSTITUTO DE DOENÇAS NATAN PORTELA - IDTNP	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2016
27	TC/020098/2015	PM DE COCAL	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2013
28	TC/002975/2017	PM DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2016
29	TC/002979/2017	PM DE SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2016
30	TC/016071/2016	PM DE PALMEIRAIS	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (REF. TC-E-013963/2012)	2011
31	TC/013921/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 5 (NAZARÉ DO PIAUÍ)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
32	TC/008255/2015	PM DE SÃO GONÇALO DO GURGUEIA	DENÚNCIA - CONTRADITÓRIO	2014
33	TC/004129/2017	PM DE ESPERANTINA	ORDINÁRIO - PRELIMINAR	2015
34	TC/014794/2014	DER	CONTRADITÓRIO ⁽³⁾	2014
35	TC/019175/2016	DER	DENÚNCIA - CONTRADITÓRIO	2016
36	TC/004103/2017	PM DE SÃO JOSÉ DE PEIXE	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2017
37	TC/017102/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 3 (ELESBÃO VELOSO)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
38	TC/016743/2014	SEINFRA	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (CONVÊNIO Nº 068/2008)	2008
39	TC/011361/2014	DETRAN	DENÚNCIA (POSTOS ATENDIMENTO) – PRELIMINAR	2014
40	TC/007141/2017	PM DE CAMPO MAIOR	INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA - PRELIMINAR	2017
41	TC/012636/2016	PM DE COLÔNIA DO GURGUÉIA	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (REF. TC-E-048921/2011)	2008
42	TC/001800/2017	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE TERESINA	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2017



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

PROCESSO	JURISDICIONADO	TIPO DE PROCESSO	EXERCÍCIO	
43	TC/015215/2014	PM DE DIRECEU ARCOVERDE	DENÚNCIA – PRELIMINAR ⁽²⁾	2014
44	TC/021665/2016	SETRANS	INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA (PONTE JK)- CONTRADITÓRIO	2016
45	TC/017105/2016	IDEPI / PARTE II – OBRA 22 (ARRAIAL)	TCE - CONTRADITÓRIO	2014
46	TC/017725/2016	PM DIRCEU ARCOVERDE	DENÚNCIA - PRELIMINAR	2015
47	TC/012641/2016	SESAPI	DENÚNCIA – CONTRADITÓRIO (INFORMAÇÃO)	2016
48	TC/002246/2017	PM TERESINA	REPRESENTAÇÃO	2016
49	TC/007707/2015	PM DE SÃO GONÇALO DO GURGUEIA	DENÚNCIA - CONTRADITÓRIO	2013
50	TC/014781/2014	SSP	ORDINÁRIA - CONTRADITÓRIO	2014
51	TC/014560/2017	PM BELÉM DO PIAUÍ	RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (REF. TC/018538/2015)	2015
52	TC/010980/2015	DETRAN	DENÚNCIA – CONTRADITÓRIO (SINALIZAÇÃO PEDRO II)	2015
53	TC/013637/2017	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	ORDINÁRIO - INFORMAÇÃO	2009

Nota:

(2) cópia do relatório exercício 2013, com eventos identificados no exercício de 2014;

(3) TC/019026/2015, apensado ao processo prestação de contas anual (TC/014794/2014);

- Outras atividades desenvolvidas:

ATIVIDADES

1. Homologação do recebimento e tramitação eletrônica de documentos e processos.
2. Atendimento ao público externo.
3. Fornecimento de informações a outras Unidades Técnicas do TCE.
4. Assessoramento ao sistema ObrasWeb e ao desenvolvimento do SERCA – Engenharia.
5. Participação de 01 (um) Auditor e 01 (um) Auxiliar de Operações em vistoria na estrutura física de imóvel (viabilização da implantação da Unidade integrante da Secretaria do TCE/PI no Município de Parnaíba) com levantamento de dados e elaboração de plantas, no período de 06 a 08 de abril de 2017, conforme Portaria nº 342/17.
6. Participação de 01 (um) Auditor em vistoria na estrutura física de imóvel no Parnaíba Shopping (viabilização da implantação da Unidade integrante da Secretaria do TCE/PI no Município de Parnaíba), no período de 07 a 08 de maio de 2017, conforme Portaria nº 424/17, e elaboração da justificativa técnica para subsidiar o procedimento licitatório de locação das salas 001/002/003 no referido imóvel.



ATIVIDADES

7. Elaboração do projeto arquitetônico, da Unidade integrante da Secretaria do TCE/PI no Município de Parnaíba (salas 001/002/003 no Parnaíba Shopping): planta baixa, cortes, fachada, layout, planta baixa: forro, iluminação e climatização, paginação de piso e detalhamento balcão recepção.
8. Participação de 01 (um) Auditor na comissão responsável pela realização dos trabalhos tendo como objetivo criação / implantação do IEGM/PI (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), conforme Portaria nº 366/16 de 06/06/16.
9. Participação de 01(um) Auditor no acompanhamento da abertura do processo licitatório Concorrência nº 01/17 (Nova CEAPI) no dia 19 de abril de 2017, no edifício da SEADPREV em Teresina-PI.
10. Participação de 02 (dois) Auditores na palestra “Apresentação de sistemas informáticos de combate à corrupção” – EGC-TCE/PI, no período de 26 a 27 de abril.
11. Participação de 05 (cinco) Auditores e 01 (um) Auxiliar de Operações no seminário com tema “As mais avançadas tecnologias para reparos e construção de estradas e rodovias” - DNIT, realizado no dia 27 de Abril de 2017, na sede do DNIT em Teresina-PI.
12. Participação de 02 (dois) Auditores no V Seminário para novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, no período de 03 a 05 de maio de 2017, em Corrente – PI.
13. Participação da DFENG no evento “Conhecendo o TCE”, com exposição de equipamentos laboratoriais, no período de 24 a 26 de maio de 2017, no Teresina Shopping.
14. Participação de 05 (cinco) Auditores no Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas – ENAOP, com o tema “Qualidade de obras rodoviárias”, realizado no período de 29 a 31 de maio de 2017, em Goiânia-GO.
15. Participação de 01 (um) Auditor no XXXIII Seminário dos Controladores Sociais, realizado no período de 21 a 23 de junho de 2017, em Floriano-PI.
16. Fiscalização do contrato para aquisição de um laboratório móvel de ensaios de materiais utilizados em obras rodoviárias (Processo TC/021363/2015).
17. Participação de 03 (três) Auditores na realização de testes dos equipamentos integrantes do laboratório de materiais de engenharia, no período de abril a junho de 2017, conforme Portaria nº 022/17.
18. Participação de 02 (dois) Auditores no treinamento com o VANT (veículo aéreo não tripulado) e receptores RTK, em maio de 2017.
19. Fiscalização do contrato de elaboração dos projetos de modernização das instalações elétricas, hidrossanitárias e de climatização do Edifício Sede do TCE/PI (Processo TC/010939/2013).
19.1 Acompanhamento da execução dos serviços.



9.4. Atos de Pessoal para fins de registro

Compete à Diretoria de Fiscalizações de Atos de Pessoal - DFAP, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, analisar, através da Divisão de Registro de Atos de Pessoal, a legalidade dos atos concessórios de aposentadorias; dos atos concessórios de pensões por morte; dos atos concessórios de transferências para a reserva remunerada; dos atos concessórios de reformas; dos atos de retificação; dos atos de cancelamento de aposentadorias; dos concursos públicos; dos atos de admissão de pessoal civil e militar; das reversões realizadas pelos jurisdicionados; além de exercer outras atividades ordenadas pela Presidência.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo dos processos de concessão de:

- a) Aposentadorias;
- b) Pensões;
- c) Transferências para reserva remunerada;
- d) Reformas;
- e) Atos de retificação;
- f) Admissão de pessoal.

DFAP	SAÍDA ABR	SAÍDA MAI	SAÍDA JUN
Estoque - Benefícios	107	106	6
Tempestivo - Benefícios	115	80	24
Concomitante - Benefícios	53	109	242
Concomitante - Admissões	3	2	9
Contraditório - Admissões	11	12	18



10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTIF gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal nesta área. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

ATIVIDADES
Manutenção do sagres folha 2017 e sagres contábil 2017
Implantação das impressoras terceirizadas.
Implantação do novo sistema de segurança de redes e da nova VPN
Início de migração de bases de dados para novo servidor (SGBD) atualizado para versão 2016
Continuação do desenvolvimento do novo sistema de Documentação WEB
Continuação do desenvolvimento do sistema de coleta de publicações do diário oficial do TCE em parceria com a Universidade Estadual do Piauí
Manutenção evolutiva e corretiva do sistema de geração de relatórios da DFAE e DFAM
Continuação do desenvolvimento do sistema gerador de relatório para Engenharia, Contraditório e Ministério Público
Início de implantação no sistema de patrimônio recebido através de convênio com Tribunal de Contas de Rondônia
Elaboração de rotinas de apoio ao núcleo de inteligência
Suporte aos jurisdicionados na utilização do sistema de prestação de contas eletrônico, controle de licitações, documentação WEB e cadastro de gestores
Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas internos: Licitações, Sagres, Documentação, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Pagamentos, PCE, Serca, Orçamentos, Protocolo, Almoxarifado, Portal na NET, Patrimônio, Biblioteca e Auditoria na Folha de Pagamentos do Executivo Estadual e subsistema de controle de multas, bem como, da rede instalada e do servidor de internet (LINUX)
Manutenção do Portal de serviços do TCE/PI na internet
Manutenção de equipamentos do TCE/PI
Suporte aos usuários internos



11. CONTROLE PROCESSUAL

A Diretoria Processual – DP é o órgão coordenador e supervisor das atividades relacionadas com o recebimento, controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal, além de outras atribuições. Durante o segundo trimestre foram recebidos e digitalizados **3.240** documentos/processos, conforme estatística de documentos protocolados elencados na tabela a seguir:

DOCUMENTOS	QUANTIDADE
Consultas	18
Denúncia	85
Inspeção/ Inspeção Extraordinária	45
Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ reserva remunerada, Ato de Retificação, Revisão de Proventos)	958
Representação	161
Auditoria	12
Recurso de Reconsideração	108
Agravo	4
Pedido de Reexame	6
Embargos de Declaração	8
Requerimentos Administrativos	1725
Achados da DFAE e DFAM	110
TOTAL	3.240

- Outras atividades desenvolvidas:

ATIVIDADES
Atualização do cadastro de gestores municipais do exercício de 2017
Atividade contínua de protocolo, triagem, digitalização e validação de documentos e processos
Emissão de 1.598 postagens solicitadas por diversos setores do TCE/PI
Realização de 839 ofícios de citação/notificação
Emissão de 549 certidões
Digitalização de documentos oriundos de unidades técnicas do TCE/PI
Apoio a outras unidades do TCE/PI nas atividades relacionadas ao processo eletrônico
Apoio à Diretoria de Informática nas atualizações do Sistema e-TCE e na implementação do AR digital



12. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Diretoria Administrativa tem a seu cargo o planejamento, a coordenação, a execução e a supervisão das atividades de administração orçamentária, financeira, de pessoal, patrimônio e de serviços gerais, além de outras decorrentes da natureza do órgão ou determinadas pelo Presidente.

12.1. Resultado Orçamentário e Financeiro

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Emissão de Notas de Empenho	956
Realização de Reservas Orçamentárias	85
TOTAL	1.041

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$
I - Dotação Orçamentária Inicial	120.169.988,00
II - Suplementação de Dotação	-
III - Disponibilidade Orçamentária	90.330.277,25
IV - Despesa Empenhada	28.695.311,30
V - Saldo dos Créditos Disponíveis	61.634.965,95
VI - Despesa Liquidada	28.668.867,64
VII - Saldos dos Empenhos a Liquidar	3.993.240,74

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO	R\$
INGRESSOS	
Saldo Anterior	7.067.223,38
Receita Orçamentária	28.836.787,08
Recebimentos Extra-Orçamentários	2.147.789,98
TOTAL	38.051.800,44
DISPÊNDIOS	
Despesas Orçamentárias	27.836.991,63
Pagamentos Extra-Orçamentários	512.059,60
Saldo Disponível	8.058.911,88
TOTAL	38.051.800,44



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

- Atividades executadas pela Seção de Finanças

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Emitir Nota de Lançamento – NL	826
Gerar a Programação de Desembolso – PD	1.233
Emitir Ordem Bancária (OB) com a execução da PD	1.225
Emitir Guia de Devolução – GD	031
Emitir Nota Patrimonial – NP	468
Emitir a Relação Externa – RE para o BB	164
Efetivar pagamento de Restos a Pagar	034
TOTAL	3.981
Números de processos recebidos	875
Números de processos pagos	1.225

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		R\$	
Saldo Do Trimestre		Anterior	Atual
BANCO DO BRASIL / CONVÊNIO	C/C 9303-3	1.212.534,36	580.648,94
BANCO DO BRASIL	C/C 82530-1	5.854.689,02	9.683.771,64
BANCO DO BRASIL / F M T C - 2	C/C 114.565-7	4.351.014,07	3.335.712,63
BANCO DO BRASIL/FMTC	C/C 9850-7	426.563,09	574,74
BANCO DO BRASIL/FMTC	C/C 9851-5	32.915,45	13.323,36
TOTAL		11.887.715,99	11.887.715,99

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Conformidade diária – processos analisados TCE	251
Conformidade diária – processos analisados FMTC	460
Suprimentos de Fundo – processos analisados	13
Prestação de Contas encaminhadas TCE/FMTC (web)	06
Prestação de Contas encaminhadas TCE/FMTC (controle interno)	06
Relatório de Gestão Fiscal 3º quadrimestre encaminhado TCE	-
Processos disponibilizados para consulta(eletrônicos/físicos)	26
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	249
TOTAL GERAL	1.011

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS - FMTC

No tocante ao fundo de modernização do Tribunal de Contas – FMTC, criado pela Lei nº 4.768/95, verificou-se durante o trimestre a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		R\$
A	Saldo Anterior – C/C. 114.565-7	4.810.492,61
B	Ingressos	268.862,52
	Rendimentos de aplicações financeiras	98.981,55
	Multas aplicadas	153.450,68
	Prestação de serviços (xerox, certidões, etc).	1.880,05
	Recebimentos Extra-Orçamentários	14.550,24
C	Dispêndios	1.729.744,40
	Despesa Orçamentária	1.728.156,85
	Pagamentos Extra-Orçamentários	1.587,55
SALDO ATUAL (A+B-C)		3.349.610,73



12.2. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

- Registros de Atos de Pessoal

ATOS/PORTARIAS	QUANTIDADE
Nomeações para cargos em comissão	9
Nomeações para cargos efetivos	4
Exonerações de cargos em comissão	8
Vacância de cargos efetivos	0
Dispensas de cargo em comissão	3
Designações para cargo em comissão	9
Concessões de aposentadoria	0
Licenças prêmios concedidas	6
Substituir conselheiro	7
Licenças para capacitação	0
AFASTAMENTOS DE SERVIDORES	QUANTIDADE
Licenças (Médicas, Eleitoral, Nojo, Paternidade)	46
Licenças maternidade	00
UTILIZAÇÃO DE RECESSO NATALINO	QUANTIDADE
Conselheiros	00
Conselheiros substitutos	02
Procuradores do MPC	00
Servidores	30
FÉRIAS CONCEDIDAS	QUANTIDADE
Conselheiros	04
Conselheiros substitutos	00
Procuradores do MPC	02
Servidores	114
INTERRUPÇÃO/SUSPENSÃO DE FÉRIAS CONCEDIDAS	QUANTIDADE
Conselheiros	00
Conselheiros substitutos	00
Procuradores do MPC	00
Servidores	36
ABONOS DE PERMANÊNCIA CONCEDIDOS	QUANTIDADE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Conselheiros	01
Conselheiros substitutos	00
Procuradores do MPC	00
Servidores	00

- Outras atividades desenvolvidas:

ATENDIMENTOS DE DEMANDAS ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Informações	136
Portarias	267
Certidões	10
Memorandos	28
Declarações	19
Ofícios	57
Cartão Magnético de Ponto	10
Licenças Médicas	328
Despachos DGP	888
Comunicação Interna	06
Mapa de tempo de serviço	09
TOTAL	1.758

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de Atos Clínicos realizados no período:

- Atividades executadas pela Seção de Serviços Integrados de Saúde

SERVIÇO AMBULATORIAL	QUANTIDADE
Verificação de pressão arterial	41
Dispensação de medicamentos	100
Curativo	00
Atendimento de emergência	02
TOTAL	143
Pacientes Atendidos	128
SERVIÇO MÉDICO	QUANTIDADE
Consultas	293
Consulta Periódica	43
Atestado Médico	77
Atestado de Saúde	01
Renovação de Receitas	135
Verificação de Pressão Arterial	10
Exame Admissional	29
Solicitação de exames	05
Encaminhamento	02
Atendimento de Urgência	0
Outro	02
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3
TOTAL	600



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Pacientes Atendidos	469
Homologação Atestado Médico de Servidores	274
SERVIÇO ODONTOLÓGICO	QUANTIDADE
Restauração	174
Profilaxia	57
Exodontia	10
Aplicação de Fluor	19
Semiologia	15
RX	40
Remoção de Pontos	0
Tartarectomia	45
Outros	27
Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos	3
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	6
TOTAL	396
Pacientes Atendidos	261
SERVIÇO FISIOTERAPÊUTICO	QUANTIDADE
Prevenção	15
Tratamento	790
Tens	595
Ultrassom	621
EPI	22
Forno de Beer	13
Bandagem	06
Infravermelho	174
Ondas Curtas	0
Terapia Manual	41
Fisioterapia Respiratória	05
Crioterapia	438
Exercícios Exométricos	0
Ginástica Laboral	45
Outros	54
Participação na Organização de Programas de Prática de Esporte	0
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	9
TOTAL	2.828
Pacientes Atendidos	805
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Emissão de parecer	308
Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	07
Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais)	04
Comunicação Interna/ Memorando	09
Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT	08
Participação em Eventos da SSIS	26
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	01
TOTAL	363



12.3. Gestão Patrimonial e de Serviços

Compete à Divisão de Patrimônio e Serviços Gerais – DPSG as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Almoarifado

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Requisições de Material (RM) atendidas	994
Requisições de Material (RM) canceladas	36
Suprimentos de Fundo Finalizado	01
Notas fiscais recebidas com Material de Consumo	11
Notas fiscais recebidas com Material Permanente	00
VALOR TOTAL DAS NOTAS FISCAIS	23.929,73
VALOR TOTAL DAS NOTAS FISCAIS + SUPRIMENTOS	25.929,73

- Atividades executadas pela Seção de Transportes

ATIVIDADES EXECUTADAS TRANSPORTES	R\$
Aquisição de Combustíveis e lubrificantes	14.451,84
Aquisição de peças e serviços	1.136,54
Locação de Veículos	61.825,20
Renovação de Documento de Veículos	-
Renovação Apólices Seguro Veículos	-
TOTAL	77.413,58
Rotas em Teresina e Região Metropolitana	640
Rotas Intermunicipais	46
Municípios Visitados	56
Quilômetros Rodados	54.651
Suprimentos de Fundo Finalizados	04

- Atividades executadas pela Seção de Manutenção

ATIVIDADES EXECUTADAS NA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS	QUANTIDADE
Contratos fiscalizados	06
Suprimentos de Fundo finalizados	04



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Serviços Prestados	395
Atestos Efetuados	62
Total	467
Serviços Solicitados	1.275
SERVIÇOS GRÁFICOS	QUANTIDADE
Fotocópias	57.961
Encadernações	112

• Atividades executadas pela Seção de Controle de Patrimônio

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Atendimento Interno de Transferências de Bens	151
Emissão de Termo de Responsabilidade	18
Controle de Documentos/Processos no e-TCE	06
Rotinas patrimoniais (aquisição)	144
Rotinas patrimoniais (Desfazimento)	-
TOTAL	319
EMISSÃO DE TOMBAMENTO – BENS NOVOS	QUANTIDADE
Bens Móveis Mobiliários	97
Equipamentos De Informática	-
Bens De Escritório Duráveis	-
Equipamentos	06
Eletrodomésticos / Eletrônicos	-
TOTAL	103
BAIXA DE BENS - BENS PARA DOAÇÃO/PERMUTA/CESSÃO/DESCARTE	QUANTIDADE
Bens Móveis Mobiliários	-
Equipamentos De Informática	-
Bens De Escritório Duráveis	-
Equipamentos	-
Eletrodomésticos / Eletrônicos	-
TOTAL	-

• Atividades executadas pela Seção de Arquivo Geral

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Atendimento de solicitações escritas	05
Correspondências Internas expedidas	02
Correspondências Internas recebidas	-
Atendimento com retorno à Presidência	-
Assinaturas, Juntadas e finalizações em Processos	1.047



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Recebimento e controle de processos	-
Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios.	208
TOTAL	1.262
PROCESSOS ENCAMINHADOS AOS ÓRGÃOS DE ORIGEM	QUANTIDADE
Recurso	-
Denúncia	-
Representação	-
Embargos/Agravo e Inspeção	-
Prestação de Contas Estaduais e Municipais	73
Tomada de Contas	-
Processos de Aposentadorias e Pensões	389
Processos de Admissão de Pessoal	01
Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais	24
TOTAL	487

- Atividades executadas pela Seção de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED

PROCESSOS DIGITALIZADOS	QUANTIDADE
Aposentadoria	02
Prestação de Contas Estadual	-
Prestação de Contas Municipal	-
Admissão de Pessoal	03
Representação	-
Parcelamento de Multa	-
Cobrança de multa	-
Auditoria operacional (promoex)	-
TCNs	-
TOTAL	05
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Portarias de Aposentadorias para Devolução ao Órgão de Origem	173
Controle Documentos/Processos no eTCE	05
TOTAL	178



12.4. Gestão de Licitações

Compete à Divisão de Licitações (DLIC) coordenar e orientar a aquisição de bens e serviços, no âmbito da sede do Tribunal; analisar as especificações, os termos de referência, os projetos básico e executivo e as demais peças necessárias à definição do objeto a ser adquirido ou contratado; propor adequações e orientar, quando necessário, as unidades do Tribunal na elaboração dos documentos mencionados; elaborar os instrumentos convocatórios das licitações; dotar os procedimentos necessários à aprovação dos instrumentos convocatórios e à obtenção de autorização para a realização dos certames; desenvolver outras atividades inerentes à sua competência e finalidade.

Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados no período:

- Processos de inexigibilidade de licitação:

Nº DO PROCESSO	Nº DA INEXIB	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. INEX.
07357/17	25/17	ELO Consultoria Empresarial e Producao de Eventos Ltda. CNPJ nº 00.714.403/0001-00	Participação de servidor desta Corte de Contas no curso Pregão Presencial e Eletrônico e Sistema de Registro de Preços/Oficina Prática - com simulação, a ser realizado no período de 3 a 5 de abril do corrente ano, em Brasília/DF	2.409,75	DOE Nº 056 – 24/03/17
02991/17	26/17	Anfrísio Rosendo Máximo de Araújo. CPF nº 397.567.933-68	Prestação de serviços de treinamento esportivo da equipe feminina de voleibol do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, pelo período de 12 (doze) meses	25.583,52	DOE Nº 060 – 30/03/17
07595/17	27/17	Instituto Brasileiro de Direito Público – IBDP CNPJ nº 07.866.293/0001-33	Participação de Membro do Ministério Público de Contas no XVI Congresso Brasileiro de Direito do Estado, a ser realizado no período de 8 a 10 de maio do corrente ano, em Brasília/DF	1.590,00	DOE Nº 061 – 31/03/17
08716/17	28/17	INAP - Instituto de Neurolinguística Aplicada EPP. CNPJ nº 05.513.272/0001-09	Participação de três servidoras desta Corte de Contas no curso Practitioner em Programação Neurolinguística (PNL), a ser realizado em quatro módulos, no período de 7 de abril a 25 de junho de 2017, em Teresina/PI	12.000,00	DOE Nº 066 – 07/04/17
08569/17	29/17	NTC Treinamentos Eventos e Serviços Ltda-ME CNPJ nº 10.614.200/0001-98	Referente a oito inscrições no 9º Seminário Maranhense de Licitações e Contratações Públicas, a ser realizado no período de 10 a 12 de abril de 2017, em São Luís/MA	22.960,00	DOE Nº 067 – 10/04/17
021057/17	30/17	Instituto dos Auditores Internos do Brasil CNPJ 62.070.115/0001-00	Aquisição de materiais didáticos voltados à preparação para exames de certificação	1.230,00	DOE/TCE Nº 077 – 27/04/17
09246/17	31/17	Instituto Brasileiro e Direito Público - IBDP CNPJ 07.866.293/0001-33	Participação de Membro do Ministério Público de Contas no XVI Congresso Brasileiro de Direito do Estado, a ser realizado no período de 8 a 10 de maio do corrente ano, em Brasília/DF	1.590,00	DOE/TCE Nº 077 – 27/04/17
08789/17	32/17	Editora Capital Teresina Ltda CNPJ 14.071.299/0001-80	Contratação de 9 (nove) assinaturas do jornal Diário do Povo, pelo período de 12 (doze) meses	6.300,00	DOE/TCE Nº 077 – 27/04/17
09559/17	33/17	CASP Online Treinamentos Ltda ME CNPJ 17.354.297/0001-96	Referente a oito inscrições no Encontro Nacional Sobre a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público – ENNCASP, a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 8 e 9 de junho do corrente ano	6.320,00	DOE/TCE Nº 077 – 27/04/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA INEXIB	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. INEX.
09469/17	34/17	Professor Marcos Antônio Rios da Nóbrega	Contratação para ministrar a disciplina Finanças Públicas (30h) no curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - nível especialização – em Contabilidade e Controle na Administração pública, no período de 02 a 05.05.2017 e 16 a 19.05.2017, com o objetivo de capacitar servidores desta corte de contas e de instituições parceiras	15.000,00	DOE/TCE Nº 077 – 27/04/17
07725/17	35/17	Seguradora líder do consócio do seguro DPVAT S.A., inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04	Renovação do seguro obrigatório (DPVAT)		
09878/17	36/17	CASP Online Treinamentos Ltda ME CNPJ 17.354.297/0001-96	Referente a cinco inscrições no Encontro Nacional Sobre a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público – ENNCASP, a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 8 e 9 de junho do corrente ano	3.950,00	DOE/TCE Nº 079 – 02/05/17
010220/17	37/17	Newland Veículos Ltda CNPJ: 41.597.303/0004-63	Referente aos serviços de revisão 10.000 km no veículo Hilux, placa FIZ4600, de propriedade deste Tribunal de Contas, que se encontra dentro do prazo de garantia.	1.136,54	DOE/TCE Nº 082 – 05/05/17
010316/17	38/17	ABQV - Associação Brasileira de Qualidade de Vida CNPJ 01.045.397/0001-09	Inscrição de 2 (duas) servidoras da Seção de Serviços Integrados de Saúde deste TCE/PI	1.000,00	DOE/TCE Nº 085 – 10/05/17
010577/17	39/17	A B Xavier Treinamentos CNPJ 11.669.032/0001-09	Inscrição de 3 (três) servidores da DFAE deste TCE/PI	6.900,00	DOE/TCE Nº 088 – 15/05/17
010576/17	40/17	A B Xavier Treinamentos CNPJ 11.669.032/0001-09	Inscrição de 1 (um) servidor da DFAE deste TCE/PI	2.300,00	DOE/TCE Nº 088 – 15/05/17
010717/17	41/17	CASP Online Treinamentos Ltda – ME CNPJ 17.354.297/0001-96	Inscrição de 1 (um) servidor da Diretoria de Informática/DI, deste TCE/PI, no Encontro Nacional Sobre a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público - ENNCASP, a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 8 e 9 de junho do corrente ano.	790,00	DOE/TCE Nº 089 – 16/05/17
011166/17	42/17	CASP Online Treinamentos Ltda - ME CNPJ 17.354.297/0001-96	Inscrição de 1 (um) servidor da DA/DPSG, deste TCE/PI, no Encontro Nacional Sobre a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público - ENNCASP, a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 8 e 9 de junho do corrente ano.	790,00	DOE/TCE Nº 091 – 18/05/17
010424/17	43/17	Korppus Promoções de Eventos SF5 Ltda ME CNPJ 79.141.6280001-67	Inscrição de 4 (quatro) servidores da Seção de Serviços Integrados de Saúde deste TCE/PI	2.090,00	DOE/TCE Nº 095 – 24/05/17
011210/17	44/17	Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas Ltda CNPJ 02.593.165/0001-40	Inscrição de 3 (três) servidores na conferência "Gartner Data & Analytics 2017" - conferência de análise de dados, a ser realizada em São Paulo-SP, nos dias 20 e 21 de junho do corrente ano.	10.200,00	DOE/TCE Nº 093 – 22/05/17
009332/17	45/17	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP CNPJ 04.716.733/0001-88	Participação de 05 (cinco) técnicos deste TCE/PI no Encontro Nacional de Auditoria de Obras Públicas - ENAOP	3.000,00	DOE/TCE Nº 095 – 24/05/17
011157/17	46/17	Jose Antonio Costa, inscrito no CPF nº 565.289.303-68	Contratação de cartunista para criação de charge para estampar camisa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que será utilizada em uma campanha de aproximação da instituição com a sociedade	1.000,00	DOE/TCE Nº 095 – 24/05/17
011863/17	47/17	Editora Fórum Ltda. CNPJ 41.769.803/0001-92	Inscrição de 2 (dois) servidores da Diretoria Administrativa, deste TCE/PI, no 15º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública, a ser realizado em Brasília-DF, nos dias 1 e 2 de junho do corrente ano	6.380,00	DOE/TCE Nº 096 – 25/05/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA INEXIB	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. INEX.
011991/17	48/17	CASP Online Treinamentos Ltda – ME CNPJ 17.354.297/0001-96	Inscrição de 2 (duas) servidoras da III DFAM, deste TCE/PI, no Encontro Nacional Sobre a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público - ENNCASP, a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 8 e 9 de junho do corrente ano.	1.580,00	DOE/TCE Nº 097 – 26/05/17
011991/17	49/17	CASP Online Treinamentos Ltda – ME 17.354.297/0001-96	Inscrição de 2 (duas) servidoras da III DFAM, deste TCE/PI, no Encontro Nacional Sobre a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público - ENNCASP, a ser realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 8 e 9 de junho do corrente ano	1.580,00	DOE/TCE Nº 097 – 26/05/17
012480/17	50/17	Editora Fórum Ltda. CNPJ 41.769.803/0001-92	Inscrição de 1 (uma) servidora, lotada no Ministério Público de Contas deste TCE/PI, no 15º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública, a ser realizado em Brasília-DF, nos dias 1 e 2 de junho do corrente ano.	2.980,00	DOE/TCE Nº 100 – 31/05/17
01192 2/17	51/17	Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP CNPJ 06.136.459/0001-01.	Participação de 17 (dezesete) servidores no XXVII Simpósio Brasileiro de Direito Previdenciário	3.117,00	DOE/TCE Nº 102 – 02/06/17
007911/17	52/17	Associação Nacional de Fisioterapia em Quiropraxia e Manipulativa – ANAFIQ CNPJ: 18.293.138/0001-9	Inscrição de 1 (um) servidor no curso Internacional de Quiropraxia - Método Gonstead e Toggle Recoil, lotado na Seção de Serviços Integrados de Saúde deste TCE/PI, a ser realizado no período de 20 a 23 de julho do corrente ano, em São Paulo-SP	2.300,00	
012207/17	53/17	CRC - Conselho Regional de Contabilidade CNPJ 06.669.170/0001-40.	Inscrição de 2 (dois) servidores da II DFAE, deste TCE/PI, na 3ª Convenção de Contabilidade do Estado do Piauí, a ser realizado em Teresina-PI, nos dias 15 a 17 de junho do corrente ano.	280,00	
011807/20 17	54/17	COZEX Desenvolvimento Gerencial Ltda ME CNPJ 10.535.062/0001-51.	Realização de Treinamento em Líder Coach e Gestão para Resultados, para servidores e membros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	77.000,00	DOE/TCE Nº 102 – 02/06/17
012198/17	55/17	Inove Solucoes em Capacitacao e Eventos Ltda Me CNPJ 23.880.650/0001 -74	Inscrições de quatro servidores do TCE/PI em curso voltado à Capacitação, Formação e Atualização de Gestores e Fiscais de Contratos, a ser realizado em João Pessoa/PB, no período de 7 a 9 de junho do corrente ano	10.360,00	DOE/TCE Nº 103 – 05/06/17
009734/17	56/17	Editora Revista dos Tribunais Ltda CNPJ 60.501.293/0001-12	Assinatura da revista dos tribunais online, pelo período de 12 (doze) meses.	13.632,97	DOE/TCE Nº 103 – 05/06/17
008577/17	57/17	Justina Maria de Sousa Soares Gonçalves	Realização do curso Gestão de Documentos e Eficiência nos Trabalhos com Documentos Públicos, na Escola de Gestão e Controle do TCE/PI	2.800,00	DOE/TCE Nº 107 – 07/06/17
013221/17	58/17	Focus-Instrução Técnica e Profissional Ltda. CNPJ 11.752.233/0001-67	Referente à inscrição de 40 (quarenta) servidores do TCE/PI no Workshop "O Monge e o Executivo", a ser realizado no dia 10 de junho do corrente ano, em Teresina-PI, no Blue Tree Tower Rio Poty Hotel	14.292,00	DOE/TCE Nº 108 – 12/06/17
013580/17	59/17	Fundação Brasileira de Contabilidade CNPJ 02.428.413/0001-05	Inscrição de 1 (um) estagiário da DFAE I, deste TCE/PI, na 3ª Convenção de Contabilidade do Estado do Piauí, promovida pelo CRC (Conselho Regional de Contabilidade), a ser realizado em Teresina-PI, nos dias 15 a 17 de junho do corrente ano	110,00	DOE/TCE Nº 110 – 14/06/17
013508/17	60/17	Fundação Brasileira de Contabilidade CNPJ 02.428.413/0001-05	Inscrição de 2 (dois) estagiários da DFAM VI, deste TCE/PI, na 3ª Convenção de Contabilidade do Estado do Piauí, promovida pelo CRC (Conselho Regional de Contabilidade), a ser realizado em Teresina-PI, nos dias 15 a 17 de junho do corrente ano	220,00	DOE/TCE Nº 110 – 14/06/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA INEXIB	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. INEX.
013503/17	61/17	Fundação Brasileira de Contabilidade CNPJ 02.428.413/0001-05	Referente à inscrição de 1 (um) estagiário da DFAM III, deste TCE/PI, na 3ª Convenção de Contabilidade do Estado do Piauí, promovida pelo CRC (Conselho Regional de Contabilidade), a ser realizado em Teresina-PI, nos dias 15 a 17 de junho do corrente ano	110,00	DOE/TCE Nº 110 – 14/06/17
013501/17	62/17	Fundação Brasileira de Contabilidade CNPJ 02.428.413/0001-05	Inscrição de 1 (um) estagiário da DFAE I, deste TCE/PI, na 3ª Convenção de Contabilidade do Estado do Piauí, promovida pelo CRC (Conselho Regional de Contabilidade), a ser realizado em Teresina-PI, nos dias 15 a 17 de junho do corrente ano.	110,00	DOE/TCE Nº 110 – 14/06/17
013302/17	63/17	Fundação Brasileira de Contabilidade CNPJ 02.428.413/0001-05	Inscrição de 1 (uma) estagiária do MPC/TCE/PI, na 3ª Convenção de Contabilidade do Estado do Piauí, promovida pelo CRC (Conselho Regional de Contabilidade), a ser realizado em Teresina-PI, nos dias 15 a 17 de junho do corrente ano.	110,00	DOE/TCE Nº 110 – 14/06/17
013300/17	64/17	Fundação Brasileira de Contabilidade CNPJ 02.428.413/0001-05	Inscrição de 2 (dois) estagiários da DFAM V, na 3ª Convenção de Contabilidade do Estado do Piauí, promovida pelo CRC (Conselho Regional de Contabilidade), a ser realizado em Teresina-PI, nos dias 15 a 17 de junho do corrente ano,	220,00	DOE/TCE Nº 110 – 14/06/17

• Processos de dispensa de licitação:

Nº DO PROCESSO	Nº DA DISP.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC DISP..
07728/17	10/17	Pessoa Física contratada: Profª. Samny Lara, CPF nº 041.676.163-19	Realização de aula de zumba, no dia 04 de abril de 2017, na Escola de Gestão e Controle do TCE/PI, em comemoração ao Dia Mundial da Saúde (07/04/17) e com o objetivo de proporcionar a promoção da saúde, o bem estar e a integração entre os servidores, dando cumprimento às ações integrantes do Programa SER TCE/SER ATIVO	120,00	-
08090/17	11/17 (revogada – public. no DOE/TCE Nº 102 – 02/06/17)	Mayane Neris Carneiro de Siqueira – ME CNPJ nº 22.623.097/0001-21	Locação de imóvel para abrigar a subseção do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no município de Parnaíba/PI	44.400,00	DOE Nº 066 – 07/04/17
07862/17	12/17	Lacuna Software Ltda. CNPJ: 20.658.903/0001-71	Aquisição de Software de Assinatura Digital - Lacuna Rest Pki	7.880,00	-
07224/17	13/17	Banco do Brasil S/A CNPJ 00.000.000/0001 - 91	Prestação de serviços relativos à emissão e administração de cartão de pagamento para utilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em saques e como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços de pequeno valor (cartão corporativo)	Sem encargo	DOE/TCE – 27/04/17
08559/17	14/17	Clésio Trindade de Sousa CPF nº 991.443.283-20	Contratação de serviços de recuperação/ revestimentos dos balcões do auditório deste TCE	4.000,00	-
11052/ 17	15/17	C H Rodrigues Hotelaria e Comercio Ltda – ME CNPJ nº 69.665.669/0001-07	Contratação de empresa para servir almoço para 18 (dezoito) pessoas, por ocasião da visita dos membros da Atricon ao TCE/PI	1.440,00	-
003983/17	16/17	O Dia Agência Ltda. CNPJ 05.700.724/0001-61	Execução de remanescente dos serviços de publicação dos avisos de procedimento licitatórios do TCE/PI, em jornal de grande circulação na cidade de Teresina – PI	22.000,00	DOE/TCE 087 – 12/05/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA DISP.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC DISP..
011644/17	17/17	Moisés Costa dos Santos- Studio Vaulez CNPJ: 27.186.155/0001-10	Locação de material decorativo para montar um ambiente de exposição e atendimento do Tribunal de Contas, a ser realizado nos dias 24 a 26 de maio do corrente ano, no Teresina Shopping	6.140,00	-
011503/17	18/17	A) José Alves Neto & Cia Ltda (casa das linhas), inscrito no CNPJ nº 06.846.349/0001-25 B) Claudino S/A - Lojas de Departamentos (Armazém Paraíba), inscrito no CNPJ sob o nº 06.862.627/0001-38 C) Magazine Liliani S/A, inscrita no CNPJ nº 11.590.296/0037-75 (filial)	Aquisição de brindes para o sorteio do Dia das Mães	348,97 2.647,90 1.199,00	-
007518/17	19/17	D. M. Ferreirã Amorim – Carimgraf CNPJ: 11.495.792/0001-39	Aquisição de carimbos para este TCE/PI	2.497,00	-
012334/17	20/17	Parnaíba Shopping Ltda CNPJ 15.417.836/0001-63	Locação de imóvel para abrigar a subsede do TCE/PI, no município de Parnaíba/PI	52.500,00	DOE/TCE Nº 102 – 02/06/17
011570/17	21/17	J. S. Filho Comercio e Representações - Disfer Distribuidora de ferramentas gases e soldas CNPJ: 63.323.273/0001-97	Aquisição por este TCE/PI de uma máquina de solda juntamente com os equipamentos de proteção individual (EPI) para manuseio da mesma	662,50	-

• Processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico:

Nº DO PROCESSO	Nº DO PREGÃO	OBJETO	CONTRATADO CNPJ/CPF	VALOR R\$
05365/16	01/17	Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, destinados ao atendimento dos Gabinetes, Secretaria e Escola de Contas do TCE/PI conforme especificações e quantidades constantes no anexo I do edital	1) Total Distribuidora e Atacadista Ltda. EPP - CNPJ 10.986.234/0001-03 2) Lbf Comércio e Serviços Ltda – EPP - CNPJ 10.306.331/0001-08 3) RB Portela Rêgo & Cia Ltda – EPP CNPJ 09.208.587/0001-01 4) Piauípel- Embalagens e Serviços-CNPJ: 03.930.566/0001-00 5) Agreste Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda- ME-CNPJ 15.811.210/0001-37 6) Lau Comércio de Equipamentos Eletro-Eletrônicos Ltda- EPP-CNPJ 05.897.246/0001-21 7) Texeira Viana Comércio, Locação e Serviços-Eireli- EPP-CNPJ 22.906.038/0001-60 8) Impressão & Cia Empreendimentos em Informatica Ltda-CNPJ 10.433.267/0001-26 9) Andrea Vasconcelos de Macedo – EPP-CNPJ 16.824.962/0001-03	1) 2.109,00 2) 11.556,20 3) 70.235,00 4) 1.072,00 5) 19.721,50 6) 10.400,00 7) 22.119,09 8) 7.282,50 9) 114.010,70
012872/16	02/17	Contratação de empresa especializada, através de sistema de registro de preços, para prestação de serviços de impressão (outsourcing), contemplando a locação de equipamentos, fornecimento de suprimentos (exceto papel) e locação de software de gerenciamento de impressões, incluindo transferência de conhecimento	Obs. licitação revogada Confore o disposto no Art. 49 da lei nº 8.666/93	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

• Processos licitatórios na modalidade Pregão Presencial:

Nº DO PROCESSO	Nº DO PREGÃO	OBJETO	CONTRATADO CNPJ/CPF	VALOR R\$
019133/16	01/17	Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes para abastecimento dos veículos integrantes da frota do TCE/PI e geradores de energia, com fornecimento através de posto de abastecimento próprio da empresa a ser contratada, com distância de até 7 km da sede do TCE/PI, para o atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Piauí durante o período de 12 (doze) meses	Transservice Petróleo Ltda.- CNPJ 02.927.004/0001-45	110.566,00
012012/17	02/17	Concessão administrativa de uso, não onerosa, de espaço físico, situado no 3º pavimento do anexo II do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, com 69,68m², para instalação e funcionamento de empresa especializada em preparo e comércio de lanches e almoços, no período de 7h às 15h, de segunda à sexta-feira, e, excepcionalmente, aos sábados, domingos e feriados, quando houver alguma atividade na instituição e for solicitado, com antecedência mínima de 48h, pela Diretoria Administrativa, com a finalidade de atender às demandas dos usuários internos e externos do TCE/PI, incluindo o fornecimento de lanches para as reuniões da presidência e para as sessões do Tribunal bem como de garrafas de café para os setores previamente definidos pela administração	Obs: a licitação foi declarada fracassada tendo em vista que as licitantes participantes do certame não atenderam as condições de habilitação exigidas no edital	Não Oneroso

• Processo licitatórios na modalidade convite:

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONVITE	OBJETO	CONTRATADO CNPJ/CPF	VALOR R\$
019406/16	01/17	Contratação de empresa especializada na execução de obra de recuperação do telhado e de estruturas da cobertura do edifício sede do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, mediante o regime empreitada por preço unitário, conforme condições, exigências e especificações discriminadas no projeto básico (anexo I) e demais documentos anexos.	Construtora expansão (razão social: Sônia Machado Marwell EPP), CNPJ 24.282.496/0001-00	104.379,95,
010983/17	02/17	Aquisição de 3.000 unidades de camisas em malha para a distribuição gratuita em evento de incentivo à fiscalização das licitações públicas	Marcílio Matos Sousa – MEE (fardamento e cia), CNPJ 05.872.694/0001-70	34.500,00

• Procedimentos de Adesão:

Nº DO PROCESSO	Nº ADESÃO	ATA DA ADESÃO	OBJETO	CONTRATADO CNPJ/CPF	VALOR R\$
012872/16	01/17	Ata de Registro de Preços nº 06/2016, oriunda do Pregão Eletrônico nº 05/2016, realizado pela Secretaria de Administração do Governo do Pará - Diretoria de Gestão da Cadeia de Suprimentos e Serviços Logísticos – DGL	Contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de informática, com a prestação de serviços de reprografia: impressão corporativa, cópia, fax, digitalização departamental, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a substituição de peças e suprimentos, fornecimento de papel, sistema de gerenciamento e contabilização de impressões e cópias, para atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Piauí	Tecnoset Informatica Produtos e Serviços Ltda, - CNPJ nº 64.799.539/0001-35	483.480,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº ADESÃO	ATA DA ADESÃO	OBJETO	CONTRATADO CNPJ/CPF	VALOR R\$
004986/16	02/17	Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 06/2016 (processo 64482.010963/2016-02 – aquisição de material permanente) da UG 160082 - Prefeitura Militar de Brasília MEX/DF, para o item 105 e adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 02/2016 (processo 64027.003884/2016-12) da ug 160385 – 3º Batalhão de Comunicações do Exército/RS, para o item 66	Aquisição de 4 (quatro) televisores (2 televisores de 32 polegadas Smart TV e 2 televisores de 50 polegadas Smart TV) e 4 (quatro) suportes para montagem na parede, compatíveis com os modelos de TV fornecidos	Vinícius Chaves dos Santos-EPP CNPJ: 05.207.424/0001-45	9.659,60
02281/17	03/17	Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 018/2016 (processo 23064.003582/2016-11 – aquisição de mobiliários e eletrodomésticos) do Ministério da Educação/Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Aquisição de 01 forno micro-ondas com 32 litros de capacidade destinado à copa da Presidência	Ítaca Eireli – ME CNPJ: 24.845.457/0001-65	575,99
08712/17	04/17	Ata de Registro de Preços nº 01 do Pregão Eletrônico nº 107/16 (processo 23090.024613/2016-41), realizado pela Universidade Federal de Lavras	Contratação de empresa especializada com vistas à prestação dos serviços de fornecimento e ministração de 540 doses da vacina tetravalente contra a influenza (gripe), com validade de, no mínimo, 6 (seis) meses, a contar da data da aplicação, contendo as seguintes cepas: influenza a/michigan/45/2015 (h1n1) pdm09; influenza a/hongkong/4801/2014 (h3n2); influenza b/brisbane/60/2008; influenza b/phuket/3073/2013, para o Tribunal de Contas do Estado do Piauí	Clínica Reabilitar Ltda. CNPJ: 02.215.288/0001-47	38.345,40



12.5. Gestão de Contratos

Compete à Divisão de Gestão Contratual (DGC) coordenar e orientar as atividades de elaboração e apoio à gestão e à fiscalização de contratos; receber e instruir pedidos de contratação e de alterações contratuais; propor a aplicação de penalidades a licitantes vencedores quando não atenderem à convocação para assinatura dos contratos ou quando deixarem de entregar a garantia no prazo previsto nos contratos; orientar as demais unidades do Tribunal na condução dos procedimentos de formalização, acompanhamento e alteração de contratos; desenvolver outras atividades inerentes à sua competência e finalidade.

Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados no período:

- Contratos

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONTRATO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. CONTRATO
TC/002991/2017	06/2017/TCE/PI	Anfrísio Rosendo Máximo de Araújo CPF: 397.567.933-68	Contratação de profissional para prestação de serviços especializados de treinamento na prática esportiva voleibol da equipe feminina de atletas servidoras do TCE/PI, como parte da Política de Saúde e Qualidade de Vida e Cidadania no Trabalho (PSQVC)	25.583,52 12 parcelas de R\$ 2.131,96	DOE TCE nº 064/17, de 05/04/17
TC/019133/2016	07/2017/TCE/PI	Transservice Petróleo Ltda. CNPJ/MF: 02.927.004/0001-45	Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis e lubrificantes para abastecimento dos veículos integrantes da frota do TCE/PI e geradores de energia, com fornecimento através de posto de abastecimento próprio da empresa a ser contratada, com distância de até 7 km da sede do TCE/PI, para o atendimento das necessidades do TCE/PI durante o período de 12 (doze) meses	110.566,00 (valor global estimado)	DOE TCE nº 068/17, de 11/04/17
TC/003983/2017	Termo de Rescisão Contratual do Contrato 036/2016	Gráfica e Editora do Povo Ltda. CNPJ/MF: 23.523.004/0001-50	Rescisão unilateral do contrato nº 036/16, cujo objeto é a contratação de empresa especializada nos serviços de publicação dos avisos de procedimentos licitatórios do TCE/PI, durante o exercício de 2016/2017, em jornal de grande circulação na cidade de Teresina/PI. fundamentação legal: art. 79, I, c/c art. 78, vi da lei 8666/93 e demais elementos constantes no processo de rescisão	-	DOE TCE nº 075/17, de 25/04/17
TC/007224/2017	Contrato de Prestação de Serviços (Cartão de Pagamento)	Banco do Brasil S.A. CNPJ/MF: 00.000.000/0001-91	Prestação de serviços relativos à emissão e administração de cartão de pagamento para utilização pelo TCE/PI, em saques e como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços	-	DOE TCE nº 085/17, de 10/05/17
TC/003983/2017	08/2017/TCE/PI	O Dia Agência Ltda. CNPJ/MF: 05.700.724/0001-61	Contratação de execução de remanescente dos serviços de publicação dos avisos de procedimento licitatórios TCE/PI, em jornal de grande circulação na cidade de Teresina - PI	22.000,00 (valor global estimado)	DOE TCE nº 109/17, de 13/06/17
TC/008789/2017	09/2017/TCE/PI	Editora Capital Teresina Ltda. CNPJ: 14.071.299/0001-80	Fornecimento diário, pela contratada, de 09 (nove) exemplares do jornal Diário do Povo para atender às necessidades do TCE/PI	6.300,00	DOE TCE nº 107/17, de 09/06/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

TC/ 012334/ 2017	10/2017/ TCE/PI	Parnaíba Shopping Ltda. CNPJ/MF: 15.417.836/0001-63	Locação de três salas comerciais contíguas (numeradas como lojas 1, 2 e 3) do imóvel não residencial denominado Parnaíba shopping, situado na avenida São Sebastião, nº 3429, bairro Reis Veloso na cidade de Parnaíba/PI, no Estado do Piauí, com área total de 96,90 m², visando a atender finalidade pública, sendo o imóvel locado utilizado para abrigar as instalações da subsele do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, na cidade de Parnaíba/PI	450.000,00 (60 parcelas de R\$ 7.500,00)	DOE TCE nº 113/17, de 21/06/17
TC/ 013801/ 2017	11/2017/ TCE/PI	Imobiliária Lima Aguiar Ltda. CNPJ/MF: 23.621.451/0001-41	Locação do imóvel situado na av. Pedro Freitas, nº 2143, bairro São Pedro, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, registrado sob o nº R-3-9.156, fls.92, do livro de registro geral 3 a, no cartório do 1º ofício da cidade de Teresina/PI, destinado a abrigar os bens inservíveis do TCE/PI, durante o período de deflagração dos processos de alienação, e os materiais ociosos que ainda podem ser aproveitados	21.243,24 (06 parcelas de R\$ 3.540,54)	DOE TCE nº 118/17, de 28/06/17

• Termos Aditivos e de Apostilamento de Contratos

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONTRATO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. ADITIVO
TC/ 020499/ 16	1º Termo Aditivo ao Contrato 03/17	G. L. Bosso Pinheiro Informática – Eireli CNPJ/MF: 12.890.405/0001-21	Alteração da cláusula décima sexta – da garantia da execução do contrato	-	DOE TCE Nº 063/17, de 04/04/17
TC/ 0020503/ 16	1º Termo Aditivo ao Contrato 08/16	Claro S.A. CNPJ/MF: 40.432.544/0001-47	Prorrogação do prazo de vigência do contrato de provisão de serviço de acesso dedicado à internet	121.925,52 (12 parcelas de R\$ 10.160,46)	DOE TCE Nº 062/17, de 03/04/17, republicado no DOE TCE Nº066/17, de 07/04/17
TC/ 002123/ 17	1º Termo Aditivo ao Contrato 14/16	Telemar Norte Leste S.A. CNPJ/MF: 33.000.118/0001-79	Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 14/2016 pelo prazo de 12 meses, a contar do dia 30/05/2017 a 30/05/2018, de contratação de link dedicado para acesso à internet com roteamento do protocolo BGP para trânsito do sistema autônomo contratante, com taxa de transmissão de 100mbps (megabits por segundo), conforme fundamento no artigo 57, II, da lei federal nº 8.666/93 e aplicação do reajuste do valor contratual de acordo com o índice do ist acumulado nos últimos meses até a data do requerimento de prorrogação	158.916,60 (12 parcelas de R\$ 13.243,05)	DOE TCE Nº 076/17, de 26/04/17
TC/ 004243/ 17	1º Termo Aditivo ao Contrato 44/16	Solotest Aparelhos Mecânica do Solo Ltda. CNPJ/MF: 60.820.321/0001-64	Supressão de 1,94% ao quantitativo previsto no contrato original que passará a contar com a redução de R\$ 4.900,00 do valor inicialmente contratado que era de R\$ 251.931,00, passando o contrato a ter o quantum total de R\$ 247.031,00	4.900,00 (supressão)	DOE TCE Nº 090/17, de 17/05/17
TC/ 001127/ 17	1º Termo Aditivo ao Contrato 09/16	Alocar - Locadora de Veículos, Máquinas e Equipamentos Ltda. CNPJ/MF: 04.470.925/0001-57	Acréscimo de 25% ao quantitativo previsto no contrato original que passará a contar com o adicional de mais 1 veículo para locação que antes era de 4 veículos no contrato original; prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 009/2016, de	251.108,88	DOE TCE Nº 086/17, de 11/05/17 republicado no DOE TCE Nº 092/17, de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

			locação de veículos, com fundamento no artigo 57, II e § 2º da lei federal e aplicação do reajuste no valor contratual, de acordo com o índice do IGPM/FGV acumulado nos últimos 12 (doze) meses e considerando a depreciação dos veículos		19/05/17
TC/ 011288/ 17	1º Termo Aditivo ao Contrato 013/16	Elevadores Atlas Schindler S.A. CNPJ/MF: 00.028.986/0075-44	Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 013/2016, de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores que integram as instalações do anexo II do TCE/PI, com fornecimento de peças originais do respectivo fabricante	26.400,00 (12 parcelas de R\$ 2.200,00)	DOE TCE Nº 096/17, de 25/05/17
TC/ 008423/ 17	1º Termo Aditivo ao Contrato 018/16	O Dia Agência Ltda. CNPJ/MF: 05.700.724/0001-61	Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 018/2016	6.300,00	DOE TCE Nº 110/17, de 14/06/17
TC/ 011391/ 17	5º Termo Aditivo ao Contrato 02/16	Eficácia Projetos e Consultoria Ltda. CNPJ/MF: 06.301.115/0001-00	Prorrogação do prazo de execução do contrato nº 02/2016 e seus aditivos por mais 180 (cento e oitenta) dias, o qual se encerrará na data de 19/12/2017 e prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 02/2016 e seus aditivos por mais 150 (cento e cinquenta) dias, o qual se encerrará em 18/01/2018	-	DOE TCE Nº 111/17, de 19/06/17
TC/ 012404/ 17	6º Termo Aditivo ao Contrato 991233777/13	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos CNPJ/MF: 34.028.316/0022-38.	Inclusão do termo de categorização e benefícios da política comercial dos correios, inclusão do “serviço de encomendas nacionais” e exclusão dos serviços SEDEX e PAC	-	DOE TCE Nº 115/17, de 23/06/17

• Convênios e congêneres

Nº DO PROCESSO	CONVÊNIO/TERMO ADITIVO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	Nº DO PUBLIC	VALOR R\$
015752/16	Acordo de Cooperação Técnica	Controladoria-Geral do Estado do Piauí – CGE-PI CNPJ/MF: 05.776.789/0001-90	Cooperação Técnico-Financeira e atribuição de competências entre os pactuantes, com vistas à normatização e execução dos seguintes procedimentos: atendimento e acompanhamento dos pedidos realizados pelo aplicativo gestão transparente e geração de estatísticas de acesso especificando tipos de pedidos (denúncias, críticas, elogios e sugestões), áreas demandadas, perfil geral dos solicitantes e grau de satisfação de atendimento das solicitações feitas pelo referido aplicativo	5 anos (03/04/17 a 03/04/22)	DOE/TCE/PI nº 065, de 06/04/17	-
009627/16	Convênio para concessão de empréstimo/Financiamento consignado em folha de pagto. – órgão público	Banco Bradesco S.A. CNPJ/MF: 60.746.948/0001-12	Compromisso do banco de conceder empréstimo/ financiamento a funcionários/ servidores da conveniada, aqui denominado devedores, mediante celebração de contratos e/ou de cédulas de crédito bancário de empréstimos ou financiamentos específicos; garantia de consignação em folha de pagamento, com observância da margem consignável permitida, atendimento das exigências impostas pela política de concessão de crédito do Bradesco e preenchimento das demais condições estabelecidas neste convênio	4 anos (26/04/17 a 26/04/21)	DOE/TCE/PI nº 077, de 27/04/17	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	CONVÊNIO/TERMO ADITIVO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	Nº DO PUBLIC	VALOR R\$
008679/17	Termo de Parceria EGC-PI	P. M. Corrente CNPJ/MF: 06.554.257/0001-71	Promoção de forma coparticipativa (em parceria) da realização do “V Seminário para os Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante” no período de 04 e 05 de maio de 2017	04/05/17 a 05/05/17	DOE/ TCE/PI nº 087, de 12/05/17	-
001758/17	Acordo de Cooperação nº 07/2017	Ministério Público do Estado do Maranhão (MPE/MA) CNPJ/MF:: 05.483.912/0001-85	Estabelecimento de mecanismos de cooperação entre o TCE/PI e o MPE/MA, visando ao desenvolvimento de projetos e ações que possam contribuir para a prevenção e o combate à corrupção, para a promoção da transparência e da ética pública, para o fomento do controle social e para o fortalecimento da gestão pública	60 meses (22/05/17 a 22/05/22)	DOE/ TCE/PI nº 097, de 26/05/17	-
007009/17	Termo de Cessão de Servidor	Município de Esperantina CNPJ/MF: 06.554.176/0001-82	Cessão do servidor público Julio Cesar Carvalho Gomes, matrícula nº 958, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde	02/05/17 a 31/12/17	DOE/ TCE/PI nº 102, de 02/06/17	-
011357/17	Convênio nº 003/2017	Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPEPI) CNPJ/MF: 41.263.856/0001-37	Cessão de espaços físicos das Defensorias Públicas Regionais do Piauí para viabilizar aos membros e servidores do Tribunal de Contas do Estado a realização de inspeções e ações necessárias para o combate da improbidade administrativa. Os recursos decorrentes desse convênio serão aplicados com a modernização e aparelhamento da coordenação de tecnologia da informação da DPE/PI	31/05/17 a 31/12/17	DOE/ TCE/PI nº 104, de 06/06/17	329.728,16 (08 parcelas de R\$ 41.216,02)
011376/17	Termo de Parceria EGC-PI	P. M. Piripiri CNPJ/MF: 06.553.861/0001-83	Promover de forma coparticipativa (em parceria) a realização do “XXXII Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante” no período de 31 de maio a 02 de junho de 2017	31/05/17 a 02/06/17	DOE/ TCE/PI nº 107, de 09/06/17	-
013842/17	Acordo de Cooperação Técnica nº 26/2017	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) CNPJ/MF: 26.664.015/0001-48	Integração de metodologias entre os partícipes, intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, para incrementar as ações de prevenção e combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas e subsídio à implantação da metodologia do Observatório da Despesa Pública no Núcleo de Gestão Estratégica da Informação (NUGEI) do TCE/PI, projeto denominado ODP TC	60 meses (14/06/17 a 14/06/22)	DOE/ TCE/PI nº 110, de 14/06/17	-
013916/17	Termo de Cooperação Técnica	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE) CNPJ/MF: 06.750.319/0001-10	Cooperação Técnica e intercâmbio de conhecimentos de sistemas, experiências, rotinas e técnicas de trabalho, em especial no que tange a soluções de tecnologia da informação, para utilização exclusiva no desenvolvimento das funções constitucionais de controle externo	24 meses (23/06/17 a 23/06/19)	DOE/ TCE/PI nº 118, de 28/06/17	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

• Termos Aditivos e de Apostilamento de Convênios e congêneres

Nº DO PROCESSO	TERMO ADITIVO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	Nº DO PUBLIC	VALOR R\$
008689/17	8º Termo Aditivo ao Convênio Nº 001/2013	Estado do Piauí (CNPJ/MF: 06.553.481/0001-49), por intermédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí / Sefaz-PI (CNPJ/MF: 06.553.556/0001-91)	Prorrogação da vigência do convênio nº 001/2013, com a finalidade de permitir a conclusão de aplicação dos recursos	180 dias (de 19/05/17 a 14/11/18)	DOE/TCE/PI Nº 093, de 22/05/17	-
010517/17 e 012251/17	1º Termo Aditivo ao Convênio de cessão de servidores	Poder Executivo do Estado do Piauí CNPJ/MF: 06.553.481/0001-49	Cessão do servidor público do quadro de pessoal da Secretaria de Segurança Pública, Antônio Francisco Gomes Cortez, a partir de 02/05/2017 e tornar sem efeito a cessão dos servidores públicos ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí: Carlos Alberto Machado Júnior, do quadro de pessoal da Secretaria de Segurança Pública, a partir de 01/01/2017 e Antônio Luiz Medeiros de Almeida Filho, dos quadros de pessoal da fundação Universidade Estadual do Piauí – Fuespi e da Controladoria Geral do Estado do Piauí, a partir de 01/03/2017	Descrito no objeto	DOE/TCE/PI Nº 099, de 30/05/17	-



13. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

A Escola de Gestão e Controle é responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCE/PI e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados e à sociedade civil.

Durante o segundo trimestre a EGC desenvolveu por iniciativa própria ou por demanda, as seguintes atividades de qualificação e capacitação:

EVENTO	ABR	MAI	JUN	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Curso: Practitioner em Programação Neurolinguística (PNL)	X	X	X	100h	2
9º Seminário Maranhense de Licitações e Contratações Públicas	X			24h	9
Curso: A reforma da previdência no serviço público	X			4h/a	40
Curso de licitações e contratos administrativos	X			24h/a	80
Curso: Nova plataforma do sistema RHWEB	X			3h/a	48
Palestra Sobre “Atuação dos Tribunais de Contas no Exercício do Controle Externo à Luz da Constituição Federal de 1988”	X			4h	54
Retenção de tributos na administração pública, EFD-REINF e DCTFWEB, novas declarações acessórias do SPED	X			24h/a	2
Pregão Presencial Eletrônico e Sistema de Registro de Preços – Oficina Prática – Com Simulação	X			20h	1
Curso de Especialização em Contabilidade na Administração Pública Disciplina: Contabilidade Geral Disciplina: Gestão e Governança	X			15h 4h	43
Curso de Especialização em Direito Constitucional na Administração Pública: Disciplina Contabilidade Geral Disciplina: Gestão e Governança	X			4h	54
Português Básico II	X	X		12h	4
Curso Termo de referência	X			16 h	36
Curso: Francês Básico	X	X		20h	16
Inteligência Institucional: Aplicação no Controle Externo da Adm. Púb. como instrumento de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	X			20h	14
Auditoria de receitas-Estadual	X			8h	32
Auditoria de receitas-Municipal	X			4h	30
Palestra: A Reforma da Previdência no Serviço Público-Turma 02	X			04h	32
“Elaboração do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias”	X			08h	10



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

EVENTO	ABR	MAI	JUN	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Curso sobre Controle Interno	X			24h	7
Gestão e Governança - Curso de Extensão	X	X		15h	02
Plano de curso de capacitação dos policiais militares do TCE/PI	X	X	X	16h	33
Treinamento: Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil	X			24h	02
Cursos: Modelos Integrados de Promoção de Saúde SST, Gestão Avançada de Programas de Qualidade de Vida, e Gerenciamento dos Stress nas Organizações		X		24h	2
Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros incluindo a Lei de Acesso à Informação e Lei Anticorrupção		X	X	32h	1
Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas – ENAOP, tendo como tema: Qualidade de Obras Rodoviárias		X		24h	5
Curso de Acompanhamento das Metas do PNE		X		16h	4
Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros incluindo a Lei de Acesso à Informação e Lei Anticorrupção		X		32h	3
XVI Congresso Brasileiro de Direito do Estado		X		24h	02
Curso: Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Administração Pública		X		33h/a	4
Contabilidade Aplicada ao Setor Público		X		16 horas	3
XV Congresso Internacional de Direito Constitucional		X			1
XVI Congresso Brasileiro de Qualidade de Vida		X		24h	2
Curso de Especialização em Contabilidade na Administração Pública. Disciplina: Finanças Públicas Disciplina: Gestão e Governança Disciplina: Direito Administrativo Disciplina: Políticas Públicas		X		30h 12h 15h 7h	43
Curso de Especialização em Direito Constitucional e Controle na Administração Pública Disciplina: Finanças Públicas Disciplina: Gestão e Governança Disciplina: Direito Administrativo Disciplina: Políticas Públicas		X		30h 12h 15h 7h	54
V Seminário para novos gestores e ouvidoria itinerante Palestras: Cidadania, Desenvolvimento e Controle no Estado Moderno de Direito; Gestão e Governança: o que é ser um bom governante; Regime Próprio de Previdência		X		8h/a	453
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 01 – Minicurso: Responsabilidade Administrativa e Penal do Ordenador de Despesas		X		4h/a	54
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 02 -Minicurso: Promoção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho - PSQVT		X		4h/a	53
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 03 - Minicurso: A Importância da Contratação de Serviços de Limpeza pública		X		4h/a	19
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 04 – Minicurso: IEGM – Índice de Efetividade da Gestão		X		4h/a	69



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

EVENTO	ABR	MAI	JUN	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Municipal					
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 05 - Minicurso: Licitações e Contratos		X		4h/a	98
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 06- Minicurso: A Gestão de Águas e Esgotos dos Municípios Problemas e Soluções		X		4h/a	42
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 07- Minicurso: Controle na Administração Pública		X		4h/a	71
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 08- Minicurso: Administração Tributária Eficiente: Receita Própria, Receitas de Transferências, CFEM, COSIP, Proc. Adm. Fioscal, Cobrança e Dívida ativa.		X		4h/a	73
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 09- Minicurso: Aspectos Importantes da Gestão Municipal		X		4h/a	67
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 10- Minicurso: Compras Governamentais junto às MPE's: Benefícios da Lei 123/06		X		4h/a	39
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 11 - Minicurso: Licitações e Contratos		X		4h/a	68
V Seminário para os novos Gestores e Ouvidoria Itinerante 12 - Minicurso: Contratos com a Administração Pública e os Influxos da Lei de Improbidade		X		4h/a	53
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 13 - Minicurso: Nova Sistemática do Sagres Folha		X		4h/a	11
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 14 - Minicurso: Os Cuidados que os Gestores deverão ter com as mudanças nas prestações de Contas		X		4h/a	77
V Seminário para os novos Gestores e ouvidoria itinerante 15 – Minicurso: Regime Próprio de Previdência		X		4h/a	59
16 Minicurso: Lei de responsabilidade fiscal – LRF		X		4h/a	68
17 Minicurso: Comportamentos inadequados no ambiente de trabalho		X		4h/a	39
18 Minicurso: Cadastro Web		X		4h/a	22
19 Minicurso: Redação oficial		X		4h/a	38
A importância do termo de referência para a contratação na administração pública		X		4h/a	59
XXXII Seminário de formação de controladores sociais e ouvidoria itinerante Palestras: Cidadania, Desenvolvimento e Controle no Estado Moderno de Direito; Gestão e governança: o que é ser um bom governante; A importância do controle interno para uma gestão eficiente: evitando irregularidades e melhorando desempenhos		X		8h/a	252
IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Exigibilidade do TCE/PI			X	4h	12
Minicurso: Controle na Administração Pública			X	4h	92
Minicurso: Os Cuidados que os Gestores deverão ter com a nova mudança na Lei da Terceirização			X	4h	43
Minicurso: Regime Jurídico do Servidor e a Nova Sistemática do Sagres Folhas			X	4h	20
Minicurso: Promoção de Saúde e Qualidade de Vida na Administração Pública Municipal			X	4h	40



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

EVENTO	ABR	MAI	JUN	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Minicurso: A importância do Fiscal do Contrato na Administração Pública			X	4h	20
Minicurso: Gestão de Conflitos na Administração Pública			X	4h	64
Minicurso: Administração Tributária eficiente: Receita Própria (IPTU, ISS, ITBI, Taxas), Receitas de Transferências (ICMS, ITR, IPVA), Cofem, Cosip, Processo Administrativo Fiscal, Cobrança e Dívida Ativa			X	4h	61
Minicurso: “A Visão do Advogado na Defesa de Contas no Controle Externo”			X	4h	25
Minicurso: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sua Implementação nos Municípios Piauienses			X	4h	11
Minicurso: Contratos Administrativos de Terceirização: Cabimento e Execução.			X	4h	28
Minicurso: A Gestão de Águas e Esgotos dos Municípios: problemas e soluções			X	4h	16
Minicurso: Alimentação Escolar e a Participação dos Pequenos Negócios e Agricultores Familiares			X	4h	23
Minicurso: Contratação Direta – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação			X	4h	62
Auditoria Operacional			X	4h	22
Minicurso: Cadastro WEB – Ferramentas Importante para Gestores			X	4h	17
Minicurso: Os Cuidados que os Gestores deverão ter com as mudanças nas Prestações de Contas			X	4h	54
Minicurso: Responsabilidade Criminal em Contratos na Administração Pública			X	4h	26
Minicurso: Aspectos Contratuais na Administração Pública			X	4h	15
Minicurso: Como os RHCs devem se Preparar para o Envio das Obrigações Fiscais, Previdenciárias, Trabalhista e Social			X	4h	24
Minicurso: Contratos com a Administração Pública e os Influxos da Lei de Improbidade			X	4h	15
Minicurso: Licitações e Contratos			X	4h	92
Minicurso: Prestação de Contas e a Responsabilidade dos Agentes Perante o TCE/PI			X	4h	51
Minicurso: Comportamentos Inadequados no Ambiente de Trabalho			X	4h	31
Minicurso: Redação Oficial – Ferramentas para Eficácia da Comunicação dos Novos Gestores			X	4h	19
Minicurso: Aspectos Importantes da Gestão Municipal			X	4h	11
Português Básico III		X	X	12h	04
Formação de pregoeiros		X		24h	10
V Encontro Nacional Sobre a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público – V ENNCASP			X	16h	13
Curso de Especialização em Direito Constitucional e Controle na Administração Pública Disciplina: Direito administrativo Disciplina: Metodologia do ensino superior Disciplina: Políticas públicas			X	15h 7h 7h	54



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

EVENTO	ABR	MAI	JUN	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Curso de Especialização em Contabilidade e Controle na Administração Pública Disciplina: Direito administrativo Disciplina: Metodologia do ensino superior Disciplina: Políticas públicas			X	15h 7h 7h	43
Treinamento Líder Coach e Gestão para Resultados			X	24h	38
Workshop “O monge e o executivo”			X	16h	40
Curso: Gestão de Documentos			X	20h	34
Seminário Brasileiro Aplicações da Gestão de Riscos e Controles na Administração Públicas			X	24h	04
3ª Convenção de Contabilidade do Estado do Piauí			X	24h	7
Atualização em Atividade de Inteligência – Módulo V (Análise de Vínculo)			X	32h	04
Capacitação, Formação e Atualização de Gestores e Fiscais de Contratos			X	20h	04
IX Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas			X	16h	01
IV Congresso Internacional de Direito Financeiro			X	16h	01
X Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios – SECOFEM			X	40h	09
V Encontro Nacional sobre a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público - ENNCASP			X	16h	02
IV Congresso Internacional de Direito Financeiro			X	16h	01
III Seminário Ibero-Americano de Direito e Controle			X	16h	01
15º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública			X	16h	03
Jornada Paranaense de Educação Física			X	24h	05
X Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas			X	16h	01
Conferência “Gartner Data & Analytics 2017”- Conferência de Análise de Dados			X	16h	03
III Seminário Ibero-Americano de Direito E Control			X	24h	01
XXXIII Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante em Floriano/PI Palestra: Corrupção e Lavagem de Dinheiro. Palestrante: Reinaldo Camelo de Carvalho – Delegado de Polícia Federal e Chefe da Delegacia de Repressão à Corrupção e a Crimes Financeiros (DELECOR) no Piauí Palestra: Julgamento das Contas do Prefeito: Câmaras Municipais ou Tribunais de Contas. Palestrante: José Araújo Pinheiro Júnior – Procurador do Ministério Público de Contas do TCE/PI. 20h40 – Palestra: Regime Próprio de Previdência. Palestrante: Alex Sandro Lial Sertão – Auditor de Controle Externo e Diretor da DFAP do TCE/PI. 21h30			X	12h	358
Minicurso: Comportamentos Inadequados no Ambiente de Trabalho			X	4h	40



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

EVENTO	ABR	MAI	JUN	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Minicurso: Responsabilidade Civil da Administração Pública Municipal			X	4h	30
Minicurso: IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Exigibilidade do TCE/PI			X	4h	10
Minicurso: Regime Próprio de Previdência.			X	4h	20
Minicurso: Controle na Administração Pública			X	4h	61
Minicurso: Os Cuidados que os Gestores Deverão ter com a Nova Mudança na Lei da Terceirização			X	4h	30
Minicurso: Processamento de Despesa Pública			X	4h	29
Minicurso: Aspectos Contratuais na Administração Pública			X	4h	30
Minicurso: Programa de Integridade e Gestão de Risco na Gestão Municipal			X	4h	22
Minicurso: Processo administrativo de Responsabilidade de pessoa Jurídica			X	4h	21
Minicurso: A Visão do advogado na Defesa de Contas no Controle Externo			X	4h	19
Minicurso: “Probidade Administrativa nos Atos da Gestão Pública”			X	4h	62
Minicurso: A Importância dos Conselhos Tutelares e suas Atribuições			X	4h	25
Minicurso: Regime Jurídico do Servidor e a Nova Sistemática do Sagres Folha			X	4h	26
Minicurso: Administração Tributária eficiente: Receita Própria (IPTU, ISS, ITBI, Taxas), Receitas de Transferências (ICMS, ITR, IPVA), Cfem, Cosip, Processo Administrativo Fiscal, Cobrança e Dívida Ativa			X	4h	79
Minicurso: Contratação Direta – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação			X	4h	47
Minicurso Auditoria Operacional			X	4h	08
Minicurso: Responsabilidade Criminal em Contratos Públicos			X	4h	11
Minicurso Promoção de Saúde e Qualidade de Vida na Administração Pública Municipal			X	4h	13
Minicurso Prestação de Contas: Como evitar falhas			X	4h	34
Minicurso: Aspectos Importantes da Gestão Municipal			X	4h	07
Minicurso Contratos com a Administração Pública e os Influxos da Lei de Improbidade			X	4h	22
Minicurso: Alimentação Escolar e a Participação dos Pequenos Negócios e Agricultores Familiares			X	4h	05
Minicurso: Controle Interno: Voltado para os Controladores Internos dos Poderes Executivo e Legislativo			X	4h	27
Minicurso: Sistema de Registros de Preços e Contratos			X	4h	09
Minicurso: Como os RHs devem se preparar para o eSocial (Envio das Obrigações Fiscais, Previdenciárias, Trabalhista)			X	4h	38
Minicurso: Termo de Referência			X	4h	06



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE DE 2017

EVENTO	ABR	MAI	JUN	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Minicurso: Cadastro WEB - Ferramenta Importante para Gestores e Ex-Gestores da Administração Pública			X	4h	08
Minicurso: Licitações e Contratos			X	4h	60
Minicurso: Uso da Certificação Digital nas Prestações de Contas			X	4h	12
Minicurso: Redação Oficial – Ferramentas para Eficácia da Comunicação dos Novos Gestores			X	4h	18
Minicurso: Qualificação de Vereadores para o Exercício de suas Competências Políticas e de Controle com Foco na Sustentabilidade e Desenvolvimento Local. (Exclusivo para Vereadores e Assessores que estejam juntos com o respectivo Vereador)			X	4h	36

